



MRS Logística S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2014

Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado

1. Informações gerais

A MRS Logística S.A. ("MRS" ou a "Companhia") é uma sociedade anônima de capital aberto, com prazo de duração indeterminado, constituída em 30 de agosto de 1996, com o objetivo de explorar, por concessão onerosa, o serviço público de transporte ferroviário de carga nas faixas de domínio da Malha Sudeste, localizada no eixo Rio de Janeiro, São Paulo e Minas Gerais, da extinta Rede Ferroviária Federal S.A. - RFFSA, privatizada em 20 de setembro de 1996.

A Companhia poderá explorar, ainda, os serviços de transportes modais relacionados ao transporte ferroviário e participar de projetos visando à ampliação dos serviços ferroviários concedidos.

Para a prestação dos serviços de transporte ferroviário, objeto da concessão obtida pelo período de 30 anos, a partir de 1º de dezembro de 1996, prorrogáveis, em caso de interesse manifesto de ambas as partes, até o limite máximo de 30 anos por decisão exclusiva da Concedente, a Companhia arrendou da RFFSA, pelo mesmo período da concessão, os bens necessários à operação e manutenção das atividades de transporte ferroviário de carga.

O contrato de concessão estabelece metas a serem cumpridas pela Companhia, relacionadas com o aumento da produção no transporte de cargas e com a redução do número de acidentes nas linhas férreas. Caso essas metas não sejam alcançadas, a União Federal poderá determinar, por decreto federal, a intervenção na Companhia, pelo prazo máximo de 180 dias, ao final do qual a concessão poderá ser extinta ou devolvida à Companhia. A concessão poderá ser extinta dentro das seguintes hipóteses legais: (i) término do prazo contratual; (ii) encampação; (iii) caducidade; (iv) rescisão; (v) anulação da licitação; (vi) falência ou extinção da Companhia. Em qualquer hipótese de extinção da concessão, a Companhia será indenizada pela União Federal pelo saldo não depreciado dos investimentos realizados e declarados reversíveis pelo Poder Concedente. Em 31 de dezembro de 2014, a MRS estava em dia com o cumprimento das metas citadas acima.

A Administração da Companhia entende que o capital circulante líquido negativo, apresentado em 31 de dezembro de 2014, será revertido nos próximos doze meses mediante novas captações de recursos de longo prazo em instituições financeiras. Inicialmente, destaca-se que no primeiro trimestre de 2015, a Companhia concretizou a operação referente à 7ª emissão de debêntures (vide nota explicativa 31).

As demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2014 foram aprovadas em definitivo pelo Conselho de Administração da Companhia em 18 de março de 2015.

2. Resumo das principais políticas contábeis

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação dessas demonstrações financeiras estão definidas abaixo. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados, salvo disposição em contrário.

2.1 Base de preparação

As demonstrações financeiras foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor, sendo que determinados ativos e passivos financeiros (inclusive instrumentos derivativos) estão mensurados ao valor justo.



MRS Logística S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2014

Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado

As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais abrangem a legislação societária, os Pronunciamentos, as Orientações e as Interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC, que estão em conformidade com as normas internacionais de contabilidade emitidas pelo IASB e com as normas emitidas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM).

A Companhia efetuou a reclassificação contábil das contas patrimoniais de Contas a receber de clientes e Contas a receber com partes relacionadas no ativo circulante e Fornecedores, Passivos com partes relacionadas e Adiantamento de cliente no passivo circulante, originalmente publicados do exercício findo em 31 de dezembro de 2013, para fins de melhor comparabilidade em relação aos saldos do exercício findo em 31 de dezembro de 2014. As alterações realizadas não impactaram significativamente as informações comparativas relativas aos balanços patrimoniais de 31 de dezembro de 2013 e 1º de janeiro de 2014 (saldos de abertura), consequentemente, as referidas informações financeiras comparativas não estão sendo reapresentadas de acordo com os requerimentos do CPC 23, Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro.

A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras, estão divulgadas na nota explicativa 3.

2.2 Apresentação de informações por segmentos

Em função da Companhia prestar unicamente serviços de transporte ferroviário de cargas, para fins contábeis e gerenciais, a Companhia está organizada em uma única unidade de negócio. As operações da Companhia são controladas, gerenciadas e monitoradas pela administração de forma integrada.

2.3 Conversão de moeda estrangeira

(a) Moeda funcional e moeda de apresentação

Os itens incluídos nas demonstrações financeiras da Companhia são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico no qual a Companhia atua ("a moeda funcional"). As demonstrações financeiras estão apresentadas em R\$, que é a moeda funcional da Companhia.

(b) Transações e saldos

As operações com moedas estrangeiras são convertidas para a moeda funcional, utilizando as taxas de câmbio vigentes nas datas das transações ou nas datas da avaliação, quando os itens são remensurados.

Os ganhos e as perdas cambiais resultantes da liquidação dessas transações e da conversão pelas taxas de câmbio do final do exercício, referentes a ativos e passivos monetários em moedas estrangeiras, são reconhecidos na demonstração do resultado.

Os ganhos e as perdas cambiais relacionados com empréstimos, caixa e equivalentes de caixa são apresentados na demonstração do resultado como receita ou despesa financeira. Todos os outros ganhos e perdas cambiais são apresentados na demonstração do resultado como "Resultado financeiro".



MRS Logística S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2014

Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado

2.4 Caixa e equivalentes de caixa

A Companhia considera caixa e equivalentes de caixa os numerários em espécie, os depósitos bancários e as aplicações financeiras de conversibilidade imediata, resgatáveis no prazo de até 90 dias, em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitas a um risco insignificante de mudança de valor.

2.5 Ativos financeiros

2.5.1 Classificação e mensuração inicial

A Companhia classifica seus ativos financeiros, no reconhecimento inicial, sob as seguintes categorias: mensurados ao valor justo por meio do resultado e empréstimos e recebíveis. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos.

Os instrumentos financeiros da Companhia incluem contas a receber e outros recebíveis, caixa e equivalentes de caixa e caixa restrito.

Os instrumentos financeiros são reconhecidos inicialmente pelos seus valores justos deduzidos de quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão, exceto para instrumentos que sejam reconhecidos pelo valor justo por meio do resultado.

2.5.2 Mensuração subsequente

A mensuração dos ativos financeiros depende da classificação, que pode ser da seguinte forma:

(i) Ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado

Um instrumento é classificado pelo valor justo por meio do resultado se for mantido para negociação, ou seja, designado como tal quando do reconhecimento inicial. Após reconhecimento inicial os custos de transação atribuíveis são reconhecidos nos resultados quando incorridos.

Esta categoria inclui instrumentos financeiros derivativos contratados pela Companhia que não satisfazem os critérios de contabilização de contabilidade de cobertura definidos pelo CPC 38.

(ii) Empréstimos e recebíveis

São ativos financeiros não derivativos com recebimentos fixos ou determináveis, com vencimentos definidos, para os quais a entidade tem a intenção e a capacidade de manter até o vencimento. Inicialmente, são reconhecidos pelo valor justo deduzidos de quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis. Após seu reconhecimento inicial, os ativos financeiros mantidos até o vencimento são mensurados pelo custo amortizado. Os empréstimos e recebíveis da Companhia compreendem Contas a receber de clientes e Partes relacionadas, Outros recebíveis, Caixa e equivalentes de caixa e Caixa restrito.

Estas contas a receber, normalmente, são reconhecidas pelo valor faturado, ajustado ao seu valor presente quando considerado relevante, e deduzidas da provisão para créditos de liquidação duvidosa. A provisão para créditos de liquidação duvidosa é constituída por montante considerado suficiente para fazer face às perdas prováveis na realização dos créditos sem perspectiva de recebimento.



MRS Logística S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2014

Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado

2.5.3 Compensação de instrumentos financeiros

Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial quando há um direito legal de compensar os valores reconhecidos e há a intenção de liquidá-los em uma base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

2.5.4 Impairment de ativos financeiros

Ativos mensurados ao custo amortizado

Um ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros está deteriorado e as perdas por *impairment* são reconhecidas se, e apenas se, houver evidência objetiva de que se tenha incorrido em perda no valor recuperável.

A Companhia avalia anualmente se há evidência objetiva de perda no valor recuperável de um ativo financeiro utilizando os seguintes critérios:

- dificuldade financeira do emissor ou tomador;
- quebra de contrato, tal como descumprimento ou atraso nos pagamentos;
- probabilidade do devedor entrar em processo de falência ou outra reorganização financeira.

O valor da perda por *impairment* corresponde à diferença entre a quantia contabilizada do ativo e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados, descontado pela taxa efetiva de juros original do ativo financeiro. O montante da perda é reconhecido no resultado do exercício.

Caso em período posterior, o valor da perda por *impairment* diminuir e a diminuição puder ser relacionada objetivamente a um evento ocorrido após o reconhecimento da perda do valor recuperável, a perda anteriormente reconhecida é revertida por meio do resultado.

2.6 Instrumentos financeiros derivativos

A Companhia detém instrumentos financeiros derivativos para proteger riscos relativos a moedas estrangeiras e de taxa de juros.

Os instrumentos financeiros derivativos são inicialmente reconhecidos ao valor justo na data em que o contrato de derivativo é contratado, sendo reavaliados subsequentemente também ao valor justo. Derivativos são apresentados como ativos financeiros quando o valor justo do instrumento for positivo, e como passivos financeiros quando o valor justo for negativo. A Companhia optou por não aplicar a metodologia de contabilidade de cobertura (*hedge accounting*).

2.7 Contas a receber de clientes e partes relacionadas

As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber pela prestação de serviços de transporte de carga e serviços no curso normal das atividades da Companhia. Se o prazo de recebimento é equivalente a um ano ou menos, as contas a receber são classificadas no ativo circulante. Caso contrário, estão apresentadas no ativo não circulante.

As contas a receber de clientes e partes relacionadas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa efetiva de juros menos a provisão para créditos de liquidação duvidosa ("PCLD" ou *impairment*).



MRS Logística S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2014

Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado

2.8 Estoques

Os estoques são demonstrados ao custo médio ponderado de aquisição, que não excede os valores líquidos de realização. Provisões para estoques de baixa rotatividade ou obsoletos são constituídas quando consideradas necessárias pela administração.

2.9 Ativos intangíveis

Ativos intangíveis adquiridos separadamente são mensurados ao custo no momento do seu reconhecimento inicial. Após o reconhecimento inicial, os ativos intangíveis são apresentados ao custo, menos amortização acumulada e perdas acumuladas de valor recuperável. Os gastos com desenvolvimento de ativos gerados internamente também são capitalizados e seus valores farão parte do custo do ativo intangível.

Ativos intangíveis com vida definida são amortizados ao longo da vida útil econômica e avaliados em relação à perda por redução ao valor recuperável, sempre que houver indicação de perda de valor econômico do ativo. O período e o método de amortização para um ativo intangível com vida definida são revisados no mínimo ao final de cada exercício social. Mudanças na vida útil estimada ou no consumo esperado dos benefícios econômicos futuros desses ativos são contabilizadas por meio de mudanças no período ou método de amortização, conforme o caso, sendo tratadas como mudanças de estimativas contábeis. A amortização de ativos intangíveis com vida definida é reconhecida na demonstração do resultado na categoria de despesa consistente com a utilização do ativo intangível.

A taxa de amortização dos ativos intangíveis, exceto a concessão, foi estimada em 20% ao ano. A parcela referente ao adiantamento da concessão é apropriada ao custo dos serviços prestados de forma linear pelo período de duração do contrato de concessão (360 meses).

Ganhos e perdas resultantes da baixa de um ativo intangível são mensurados como a diferença entre o valor líquido obtido da venda e o valor contábil do ativo, sendo reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa do ativo.

2.10 Imobilizado

Os bens do ativo imobilizado são apresentados ao custo, líquido de depreciação/amortização acumulada e/ou eventuais perdas acumuladas por redução ao valor recuperável, se for o caso. O referido custo inclui o custo de reposição de parte do imobilizado e custos de empréstimo de projetos de construção de longo prazo, quando os critérios de reconhecimento forem satisfeitos. Quando uma inspeção relevante for feita, o seu custo é reconhecido no valor contábil do imobilizado, se os critérios de reconhecimento forem satisfeitos. Todos os demais custos de reparos e manutenção são reconhecidos na demonstração do resultado, quando incorridos.

Um item de imobilizado é baixado quando vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo (calculado como sendo a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo) são incluídos na demonstração do resultado no exercício em que o ativo for baixado.

Os itens do ativo imobilizado são depreciados a partir da data em que estão disponíveis para uso, ou no caso de ativos construídos internamente, a partir do dia em que a construção é finalizada e o ativo está disponível para uso.

A depreciação é calculada utilizando o método linear baseado na vida útil estimada dos ativos.



MRS Logística S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2014

Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado

Os terrenos não são depreciados. As taxas anuais de depreciação e vida útil dos principais grupos de ativos são:

Grupos de ativos	%	Vida útil média (em anos)
Bens imóveis		
Benfeitorias em via permanente	7,14	14
Benfeitorias em imóveis arrendados	4,00	25
Locomotivas		
Locomotivas novas	4,17	24
Locomotivas usadas	8,33	12
Benfeitorias úteis em locomotivas e revisão geral em locomotivas	12,50	8
Vagões		
Vagões	3,33	30
Benfeitorias úteis em vagões	10,00	10
Revisão geral em vagões	20,00	5
Outros		
Esmerilhadora e carro de controle (TEV)	10,00	10
Equipamentos e ferramentas	10,00	10
Equipamentos de processamento de dados	20,00	5
Móveis e utensílios	10,00	10

O valor residual, a vida útil dos ativos e os métodos de depreciação são revistos no encerramento de cada exercício e ajustados de forma prospectiva, quando for o caso.

2.11 Impairment de ativos não financeiros

A administração revisa anualmente o valor contábil dos ativos não financeiros com objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável.

Para avaliação dos ativos não financeiros é utilizada pela administração a metodologia da rentabilidade futura para a unidade geradora de caixa considerada, e assim determinar o valor em uso dos ativos da Companhia. Se o valor contábil do ativo imobilizado não suportar o valor em uso, é constituída provisão para desvalorização ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável.

2.12 Contas a pagar aos fornecedores

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante.

Elas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa efetiva de juros.



MRS Logística S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2014 Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado

2.13 Passivos financeiros

2.13.1 Classificação e mensuração inicial

Passivos financeiros são classificados como passivos financeiros a valor justo por meio do resultado ou empréstimos e recebíveis, conforme o caso. A Companhia determina a classificação dos seus passivos financeiros no momento do seu reconhecimento inicial.

Passivos financeiros são inicialmente reconhecidos a valor justo e, no caso de empréstimos e financiamentos, são deduzidos do custo da transação diretamente relacionado.

Os passivos financeiros da Companhia incluem contas a pagar a fornecedores e outras contas a pagar, empréstimos e financiamentos e instrumentos financeiros derivativos.

2.13.2 Mensuração subsequente

A mensuração dos passivos financeiros depende da sua classificação, que pode ser da seguinte forma:

(i) Passivos financeiros a valor justo por meio do resultado

Passivos financeiros são classificados como mantidos para negociação quando forem adquiridos com o objetivo de liquidação no curto prazo. Esta categoria inclui instrumentos financeiros derivativos contratados pela Companhia que não satisfazem os critérios de contabilização de *hedge accounting* definidos pelo CPC 38 – Derivativos.

Ganhos e perdas de passivos para negociação são reconhecidos na demonstração do resultado.

(ii) Outros passivos financeiros

Outros passivos financeiros são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor total a pagar é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos estejam em aberto, utilizando o método da taxa efetiva de juros.

Os empréstimos são classificados como passivo circulante, a menos que a Companhia tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço.

Os custos de empréstimos gerais e específicos que são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável, que é um ativo que, necessariamente, demanda um período de tempo substancial para ficar pronto para seu uso ou venda pretendido, são capitalizados como parte do custo do ativo quando for provável que eles irão resultar em benefícios econômicos futuros para a entidade e que tais custos possam ser mensurados com confiança. Demais custos de empréstimos são reconhecidos como despesa no exercício em que são incorridos.



MRS Logística S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2014 Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado

2.14 Provisões

As provisões para ações judiciais (trabalhista, cível, tributária e ambiental) são reconhecidas quando: (i) a Companhia tem uma obrigação presente ou não formalizada (*constructive obligation*) como resultado de eventos já ocorridos; (ii) é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; e (iii) o valor puder ser estimado com segurança. As provisões não incluem as perdas operacionais futuras.

Quando houver uma série de obrigações similares, a probabilidade de liquidá-las é determinada levando-se em consideração a classe de obrigações como um todo. Uma provisão é reconhecida mesmo que a probabilidade de liquidação relacionada com qualquer item individual incluído na mesma classe de obrigações seja pequena.

As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, usando uma taxa antes dos efeitos tributários, a qual reflita as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e dos riscos específicos da obrigação. O aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo é reconhecido como despesa financeira.

2.15 Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido

As despesas de imposto de renda e contribuição social do exercício compreendem os impostos correntes e diferidos. Os impostos sobre a renda são reconhecidos na demonstração do resultado exceto na proporção em que estiverem relacionados com itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido ou no resultado abrangente. Nesse caso, o imposto também é reconhecido no patrimônio líquido ou no resultado abrangente.

O encargo de imposto de renda e a contribuição social corrente e diferido é calculado com base nas leis tributárias promulgadas, ou substancialmente promulgadas, na data do balanço. A administração avalia, periodicamente, as posições assumidas pela Companhia nas apurações de impostos sobre a renda com relação às situações em que a regulamentação fiscal aplicável dá margem a interpretações; e estabelece provisões, quando apropriado, com base nos valores estimados de pagamento às autoridades fiscais.

O imposto de renda e a contribuição social corrente são apresentados líquidos, no passivo quando houver montantes a pagar, ou no ativo quando os montantes antecipadamente pagos excedem o total devido na data do relatório.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são reconhecidos usando-se o método do passivo sobre as diferenças temporárias decorrentes de diferenças entre as bases fiscais dos ativos e passivos e seus valores contábeis nas demonstrações financeiras.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos ativo são reconhecidos somente na proporção da probabilidade de que lucro tributável futuro esteja disponível e contra o qual as diferenças temporárias possam ser usadas.

Os impostos de renda diferidos ativos e passivos são apresentados pelo líquido no balanço quando há o direito legal e a intenção de compensá-los quando da apuração dos tributos correntes, em geral relacionado com a mesma entidade legal e mesma autoridade fiscal.



MRS Logística S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2014

Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado

2.16 Benefícios a empregados

Benefícios de aposentadoria e outros benefícios pós-emprego

A Companhia patrocina um plano de previdência do tipo contribuição definida, o qual requer que as contribuições sejam feitas a fundos administrados separadamente dos fundos próprios da Companhia. A Companhia não tem qualquer obrigação adicional de pagamento depois de que a contribuição é efetuada. As contribuições são reconhecidas como despesa de benefícios a empregados, quando devidas. As contribuições feitas antecipadamente são reconhecidas como um ativo na proporção em que um reembolso em dinheiro ou uma redução dos pagamentos futuros estiver disponível.

A Companhia concede também benefício de assistência médica pós-aposentadoria a seus empregados, conforme Lei 9.656/98 e a Resolução Normativa RN nº 279 de 24 de novembro de 2011, que regulamenta os artigos 30 e 31 da referida lei. O direito a esses benefícios é, geralmente, condicionado à permanência do empregado no emprego até a idade de aposentadoria e a conclusão de um tempo mínimo de serviço. Os custos esperados desses benefícios são acumulados durante o período de emprego, usando a mesma metodologia contábil usada para os planos de pensão de benefício definido. Os ganhos e perdas atuariais decorrentes de ajustes com base na experiência e mudanças das premissas atuariais são debitados ou creditados ao patrimônio líquido, em outros componentes do resultado abrangente. Essas obrigações são avaliadas, anualmente, por atuários independentes qualificados.

Os custos de serviços passados do plano de assistência à saúde são reconhecidos como despesa, de forma linear, ao longo do período médio até que o direito aos benefícios seja adquirido. Se o direito aos benefícios já tiver sido adquirido, custos de serviços passados são reconhecidos imediatamente após sua introdução ou após mudanças do plano de saúde.

Participação nos lucros

A Companhia reconhece um passivo e uma despesa de participação nos resultados com base em metodologia própria aprovada pelo Conselho de Administração. A Companhia reconhece uma provisão quando estiver contratualmente obrigada ou quando houver uma prática anterior que tenha gerado uma obrigação não formalizada (*constructive obligation*).

2.17 Arrendamentos mercantis

A caracterização de um contrato como arrendamento mercantil está baseada em aspectos substantivos relativos ao uso de um ativo ou ativos específicos ou, ainda, ao direito de uso de um determinado ativo, na data do início da sua execução.

Arrendamentos mercantis financeiros que transferem à Companhia basicamente todos os riscos e benefícios relativos à propriedade do item arrendado são capitalizados no início do arrendamento mercantil pelo valor justo do bem arrendado ou, se inferior, pelo valor presente dos pagamentos mínimos de arrendamento mercantil. Sobre o custo são acrescidos, quando aplicável, os custos iniciais diretos incorridos na transação. Os pagamentos de arrendamento mercantil financeiro são alocados a encargos financeiros e redução de passivo de arrendamentos mercantis financeiros de forma a obter taxa de juros constantes sobre o saldo remanescente do passivo. Os encargos financeiros são reconhecidos na demonstração do resultado.

Os bens arrendados são depreciados ao longo da sua vida útil. Contudo, quando não houver razoável certeza de que a Companhia obterá a propriedade ao final do prazo do arrendamento



MRS Logística S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2014

Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado

mercantil, o ativo é depreciado ao longo da sua vida útil estimada ou no prazo do arrendamento mercantil, dos dois o menor. A Companhia não possui atualmente contratos com a natureza de arrendamento mercantil financeiro.

Os pagamentos de arrendamento mercantil operacional são reconhecidos como despesa na demonstração do resultado de forma linear ao longo do prazo do arrendamento mercantil.

2.18 Arrendamentos e concessões

A Companhia possui concessão onerosa de serviço público decorrente dos contratos de concessão e arrendamento. Embora a Companhia atue sob regime de concessão, sua atividade não se enquadra nos requerimentos da Interpretação Técnica ICPC 01 - Contratos de Concessão, em função do Poder Concedente não controlar a quem os serviços devem ser prestados, nem o preço a ser cobrado. Prevalece a relação comercial entre a MRS e seus clientes.

2.19 Capital social

O capital social subscrito e integralizado está dividido em ações escriturais, ordinárias e preferenciais, sem valor nominal.

2.20 Reconhecimento da receita

A receita é reconhecida na extensão em que for provável que benefícios econômicos serão gerados para a Companhia e quando possa ser mensurada de forma confiável. A receita é mensurada com base no valor justo da contraprestação recebida, excluindo descontos, abatimentos e impostos ou encargos sobre vendas. Os critérios específicos, a seguir, devem também ser satisfeitos antes de haver reconhecimento de receitas:

Prestação de serviço de transporte

A receita com prestação de serviços de transporte de carga, principal receita da Companhia, é reconhecida quando as cargas são transportadas, conforme contrato de prestação de serviços. O valor justo da receita de serviços é calculado de forma confiável com base nas tarifas previamente acordadas entre as partes.

Receitas financeiras

As receitas financeiras abrangem as receitas de juros e variações monetárias e cambiais sobre aplicações financeiras, adiantamentos a fornecedores, contas a receber de clientes e variações cambiais sobre empréstimos e financiamentos. A receita de juros é reconhecida pelo método linear com base no tempo e na taxa de juros efetiva sobre o montante do principal.

Outras receitas operacionais

As demais receitas são reconhecidas quando for provável que benefícios econômicos futuros serão gerados para a Companhia e o valor da receita possa ser mensurado de forma confiável.

2.21 Distribuição de dividendos

A distribuição de dividendos para os acionistas da Companhia é reconhecida como um passivo nas demonstrações financeiras ao final do exercício, com base no Estatuto Social da Companhia. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório estabelecido na Lei das S.A.s somente é provisionado na data em que são aprovados pelos acionistas em Assembléia Geral.



MRS Logística S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2014

Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado

2.22 Normas novas, alterações e interpretações de normas e leis

2.22.1 Normas novas, alterações e interpretações de normas emitidas pelo IASB e CPC

As seguintes novas normas e interpretações de normas foram emitidas pelo IASB, mas não estão em vigor para o exercício de 2014. A adoção antecipada de normas, embora encorajada pelo IASB, não é permitida, no Brasil, pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC).

- IFRS 15 - "Receita de Contratos com Clientes", essa nova norma traz os princípios que uma entidade aplicará para determinar a mensuração da receita e quando ela é reconhecida. Ela entra em vigor em 1º de janeiro de 2017 e substitui a IAS 11 - "Contratos de Construção", IAS 18 - "Receitas" e correspondentes interpretações. A administração está avaliando os impactos de sua adoção.
- IFRS 9 - "Instrumentos Financeiros", aborda a classificação, a mensuração e o reconhecimento de ativos e passivos financeiros. O IFRS 9 foi emitido em novembro de 2009 e alterado em outubro de 2010 e substitui os trechos do IAS 39 relacionados à classificação e mensuração de instrumentos financeiros. O IFRS 9 requer a classificação dos ativos financeiros em duas categorias: mensurados ao valor justo e mensurados ao custo amortizado. A determinação é feita no reconhecimento inicial. A base de classificação depende do modelo de negócios da entidade e das características contratuais do fluxo de caixa dos instrumentos financeiros. Com relação ao passivo financeiro, a norma mantém a maioria das exigências estabelecidas pelo IAS 39. A principal mudança é a de que nos casos em que a opção de valor justo é adotada para passivos financeiros, a porção de mudança no valor justo devido ao risco de crédito da própria entidade é registrada em outros resultados abrangentes e não na demonstração dos resultados, exceto quando resultar em descasamento contábil. A versão completa do IFRS 9 foi publicada em julho de 2014, com vigência a partir de 1º de janeiro de 2018. A Administração está avaliando os impactos de sua adoção.

A seguinte interpretação de norma foi emitida pelo IASB com vigência a partir de 1º de janeiro de 2014.

- IFRIC 21 - "Taxações", a interpretação esclareceu quando uma entidade deve reconhecer uma obrigação de pagar taxas de acordo com a legislação. A obrigação somente deve ser reconhecida quando o evento que gera a obrigação ocorre.

2.22.2 Leis, alterações de leis, medidas provisórias e resoluções

- Resolução nº 4540 - No dia 29 de dezembro de 2014 foi publicada no Diário Oficial da União a Resolução nº 4540 da Agência Nacional de Transportes Terrestres – ANTT que regulamenta as taxas de depreciação e de amortização anuais para os ativos das concessionárias detentoras do direito de exploração de infraestrutura ferroviária. Esta resolução tem vigência a partir de 1º de janeiro de 2016. A Administração concluiu que não haverá efeitos relevantes nas demonstrações financeiras da Companhia.
 - Lei 12.973/14 - No dia 13 de maio de 2014 foi publicada a Lei nº 12.973 que altera a legislação tributária federal relativa ao Imposto sobre a Renda das Pessoas Jurídicas - IRPJ, à Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL, à Contribuição para o PIS/Pasep e à Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - Cofins; revoga o Regime Tributário de Transição - RTT, instituído pela Lei nº 11.941, de 27 de maio de 2009; dispõe sobre a tributação da pessoa jurídica domiciliada no Brasil, com relação ao acréscimo
-



MRS Logística S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2014

Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado

patrimonial decorrente de participação em lucros auferidos no exterior por controladas e coligadas. A adoção desta lei foi opcional para o exercício de 2014 e obrigatória a partir de 1º de janeiro de 2015. A fim de analisar os possíveis efeitos que poderiam advir da aplicação dessa nova lei a Administração optou por adotá-la a partir de 1º de janeiro de 2015 e concluiu que não haverá efeitos relevantes nas demonstrações financeiras da Companhia.

A seguinte lei foi emitida pela Presidência da República do Brasil com vigência a partir de 1º de janeiro de 2014.

- Lei 12.844/13 – Desoneração da folha de pagamento – Em edição extra do Diário Oficial da União, do dia 19 de julho de 2013 foi sancionada pela Presidente, a Lei nº 12.844/13 que desonera a folha de pagamento do setor ferroviário de cargas. A partir de 1º de janeiro de 2014, o valor da contribuição previdenciária – INSS – passou a ser calculado com base na receita bruta, excluindo-se as vendas canceladas e os descontos incondicionais concedidos e contabilizado no resultado de cada mês como deduções de vendas.

Não há outras resoluções regulatórias, normas IFRS ou interpretações IFRIC e leis que ainda não entraram em vigor que poderiam ter impacto significativo sobre a Companhia.

3. Estimativas e julgamentos contábeis críticos

As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias.

3.1 Estimativas e premissas contábeis críticas

Com base em premissas, a Companhia faz estimativas com relação ao futuro. Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício social, estão contempladas a seguir.

(a) Imposto de renda, contribuição social e outros impostos

Existem incertezas com relação à interpretação de regulamentos tributários e ao valor e época de resultados tributáveis futuros. Diferenças entre os resultados reais e as premissas adotadas, ou futuras mudanças nessas premissas, poderiam exigir ajustes futuros na receita auferida e despesa de impostos já registradas. A Companhia constitui provisões, com base em estimativas cabíveis, para possíveis consequências de fiscalizações por parte das autoridades fiscais das respectivas jurisdições em que opera. O valor dessas provisões baseia-se em vários fatores, como experiência de auditorias fiscais anteriores e interpretações divergentes dos regulamentos tributários pela entidade tributável e pela autoridade fiscal responsável. Essas diferenças de interpretação podem surgir numa ampla variedade de assuntos, dependendo das condições vigentes no respectivo domicílio da Companhia.

Julgamento significativo da administração é requerido para determinar o valor do imposto diferido ativo que pode ser reconhecido com base no prazo e nível prováveis de lucros tributáveis futuros.



MRS Logística S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2014

Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado

(b) Benefícios de aposentadoria e assistência médica

Os custos do plano de benefícios de assistência médica pós-emprego e previdência complementar são determinados utilizando métodos de avaliação atuarial. A avaliação atuarial envolve o uso de premissas sobre as taxas de desconto, taxas de retorno de ativos esperadas, aumentos salariais futuros, taxas de mortalidade e aumentos futuros de benefícios de aposentadorias e pensões. A obrigação deste benefício é sensível às mudanças nessas premissas. Todas as premissas são revisadas a cada data base.

(c) Valor justo de derivativos e outros instrumentos financeiros

O valor justo de ativos e passivos financeiros apresentados no balanço patrimonial é obtido através de mercados ativos. Contudo, quando isso não for viável, o valor justo é determinado utilizando técnicas de avaliação que requerem níveis de julgamento. O julgamento inclui considerações sobre os dados utilizados como, por exemplo, risco de liquidez, risco de crédito e volatilidade. Mudanças nas premissas sobre esses fatores poderiam afetar o valor justo apresentado dos instrumentos financeiros.

(d) Provisão para desativação de ativos

A Companhia provisiona os custos de desativação de fixação das torres de transmissão para uso no sistema de licenciamento de trens da Ferrovia do Aço.

Ao determinar o valor da provisão, premissas e estimativas são feitas em relação às taxas de desconto e ao custo esperado para a futura desativação e remoção das torres.

(e) Provisões para riscos tributários, cíveis, trabalhistas e ambientais

As provisões são constituídas para todas as contingências referentes a processos judiciais cuja possibilidade de perda seja considerada provável pelos consultores jurídicos.

A Companhia revisa periodicamente os valores provisionados e caso identifique alterações processuais, tais como mudança de prognóstico, prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos fatos ou decisões de tribunais, as mesmas são ajustadas.

(f) Cálculo da depreciação, amortização e avaliação de *impairment* do ativo imobilizado e intangível

O cálculo da depreciação e amortização de ativos intangíveis e imobilizado incluem as estimativas das vidas úteis. Em atendimento ao CPC 27 – Imobilizado e ao IAS 16, a vida útil econômica dos principais ativos da Companhia é revisada periodicamente.

A Companhia realiza anualmente uma avaliação dos indicadores de *impairment* de ativos intangíveis e imobilizado. Se o valor contábil do ativo imobilizado não suportar o valor em uso, é necessária a constituição da provisão para desvalorização, ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável.



MRS Logística S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2014

Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado

4. Caixa e equivalentes de caixa

	<u>2014</u>	<u>2013</u>
Circulante		
Disponibilidades		
Caixa e bancos	<u>25.837</u>	<u>4.494</u>
Aplicações financeiras		
No país:		
CDB	53.493	219.130
Operações compromissadas	<u>141.755</u>	<u>205.421</u>
	<u>195.248</u>	<u>424.551</u>
Caixa e equivalentes de caixa	<u>221.085</u>	<u>429.045</u>

O total de R\$195.248 (R\$424.551 em 31 de dezembro de 2013), estão aplicados em títulos emitidos por bancos no Brasil. Deste total, as aplicações que não possuem liquidez imediata estão sujeitas ao prazo máximo de 13 dias de carência, podendo ser resgatadas antes do vencimento, sem que haja modificação ou ajuste significativo na taxa de rendimento previamente acordada com a instituição financeira. Essas aplicações são em CDB e operações compromissadas lastreadas em debêntures, com remuneração baseada na variação dos Certificados de Depósitos Interbancários - CDI, encontrando-se na faixa entre 99,00% e 102,50%.

O cálculo do valor justo das aplicações financeiras é efetuado levando-se em consideração as cotações de mercado do papel ou informações de mercado que possibilitem tal cálculo e considerando também as taxas futuras de papéis similares. Os valores justos estão divulgados na nota explicativa 19.

5. Caixa restrito

O caixa restrito refere-se à aplicação financeira vinculada aos financiamentos do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), relativos ao Financiamento a Empreendimentos (FINEM) e ao Documento de Utilização do Limite de Crédito (DULC), sendo parte da garantia da operação.

Esta aplicação, no montante de R\$45.821 (R\$42.034 em 31 de dezembro 2013), está lastreada em debêntures (operação compromissada realizada com bancos no Brasil) com remuneração baseada na variação dos Certificados de Depósitos Interbancários - CDI entre 75,00% e 101,00%.

6. Contas a receber de clientes

As contas a receber de clientes no valor de R\$13.262 em 31 de dezembro de 2014 (R\$72.290 em 31 de dezembro de 2013), está representada basicamente pelos valores a receber relacionados



MRS Logística S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2014

Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado

aos serviços prestados de frete ferroviário líquido da provisão para créditos de liquidação duvidosa.

Em 15 de outubro de 2014, a MMX Sudeste Mineração S.A., divulgou “Fato Relevante” informando que naquela data ajuizou na Comarca de Belo Horizonte/MG, um pedido de recuperação judicial em caráter de urgência com base no artigo 122, parágrafo único da Lei nº 6.404/76. A justiça aceitou o pedido da MMX em 22 de outubro de 2014.

A MMX possui contrato de longo prazo, firmado com a MRS, para o transporte ferroviário de cargas até 2026. Referido contrato possui cláusulas de obrigação de transporte de volumes previamente estabelecidos na modalidade de “*take or pay*”, que prevê o pagamento de penalidades caso o transporte previsto não seja realizado no volume mínimo acordado.

A redução de R\$59.028 em 2014 deve-se, basicamente, a provisão para créditos de liquidação duvidosa do cliente MMX. Em decorrência do processo de recuperação judicial da MMX, a Companhia provisionou a totalidade do valor a receber dessa empresa no montante de R\$51.793, sendo R\$6.348 referente ao faturamento de cargas de 2014 e R\$45.445 do *take or pay* de 2013.

7. Partes relacionadas

Em atendimento ao pronunciamento técnico CPC 05 (R1) – Divulgação sobre partes relacionadas, os saldos de ativos e passivos em 31 de dezembro de 2014 e 31 de dezembro de 2013, informados nesta nota explicativa, são relativos a operações com partes relacionadas decorrentes das transações da Companhia com seus acionistas, empresas ligadas e profissionais chave da administração.

As transações com partes relacionadas estão associadas, principalmente, à prestação de serviço público de transporte ferroviário de carga. São realizadas em prazos e condições negociadas com cada um dos clientes contratantes, respeitando os tetos tarifários definidos pelo Poder Concedente, os quais se aplicam a todos os clientes da concessionária, sendo ou não partes relacionadas. Pela Governança Corporativa da Companhia, os valores negociados com as partes relacionadas são aprovados pelos acionistas e obedecem a um modelo tarifário que visa remunerar os custos da prestação do serviço de transporte ferroviário, acrescidos de margens que são compatíveis com aquelas estabelecidas no seu plano de negócios. Não há transações com margens negativas, conforme estabelecido no contrato de concessão. Ademais, os contratos com partes relacionadas são de longo prazo e possuem cláusulas de penalidades por não execução dos volumes anuais programados, assim como ocorre com os demais clientes cativos.

A Companhia possui os seguintes saldos referentes às transações com partes relacionadas:



MRS Logística S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2014

Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado

- Ativo

	Contas a receber	
	2014	2013
Vale S.A.	69.193	72.315
Companhia Siderúrgica Nacional	38.302	28.349
Mineração Usiminas S.A.	81.701	18.066
Nacional Minérios S.A.	7.437	8.827
Usinas Siderúrgicas de Minas Gerais S.A.	11.062	4.773
Gerdau S.A.	711	708
Gerdau Açominas S.A.	2.463	1.026
Gerdau Aços Longos S.A.	958	1.450
Ferrovia Centro Atlântica	673	576
VLI Multimodal	-	8
Companhia Metalúrgica Prada	15	-
CSN Cimentos S.A.	339	276
Confab Industrial S.A.	-	41
Votorantim Metais Zinco S.A.	193	216
	213.047	136.631

O prazo médio de recebimento do contas a receber com partes relacionadas é inferior a 20 dias.

- Passivo

	Dividendos a pagar		Passivo com partes relacionadas	
	2014	2013	2014	2013
Vale S.A.	9.401	11.651	2.069	256
Minerações Brasileiras Reunidas S.A.	30.241	37.479	-	-
Companhia Siderúrgica Nacional	24.504	30.369	-	294
Nacional Minérios S.A.	9.473	11.740	6	158
Usinas Siderúrgicas de Minas Gerais S.A.	-	-	344	7.266
Gerdau S.A.	1.130	1.400	-	451
Usiminas Participações e Logística S.A.	9.597	11.894	-	-
Gerdau Aços Longos S.A.	-	-	442	422
Ferrovia Centro Atlântica	-	-	1.819	2.052
Outros	5.767	7.112	-	-
	90.113	111.645	4.680	10.899



MRS Logística S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2014

Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado

- Resultado

	Receita de serviços (*)		Outras receitas (**)		Outras despesas	
	2014	2013	2014	2013	2014	2013
Vale S.A.	1.479.022	1.417.319	-	2.722	-	688
Companhia Siderúrgica Nacional	660.754	547.109	-	9.454	-	62
Mineração Usiminas S.A.	178.384	208.349	66.300	2.206	-	-
Nacional Minérios S.A.	171.371	195.463	-	1.766	-	-
Usinas Siderúrgicas de Minas Gerais S.A.	98.920	124.872	6.272	797	-	1.368
Gerdau S.A.	6.766	7.182	1.091	-	-	-
Gerdau Açominas S.A.	85.285	51.871	154	53	-	-
Gerdau Aços Longos S.A.	19.384	33.285	16.045	22.502	-	-
Ferrovia Centro Atlântica	21.792	16.431	-	-	15.285	5.227
VLI Multimodal	1.160	1.993	-	60	-	-
Companhia Metalúrgica Prada	259	494	-	-	-	-
CSN Cimentos S.A.	9.625	7.221	223	180	-	-
Transnordestina Logística S.A.	-	221	-	641	-	-
Confab Industrial S.A.	213	41	2	-	-	-
Votorantim Metais Zinco S.A.	4.996	4.347	46	9	-	-
	2.737.931	2.616.198	90.133	40.390	15.285	7.345

(*) Apresentada bruta de impostos.

(**) Referem-se basicamente aos serviços prestados de manutenção de terminais ferroviários, soldagem e transporte de trilhos, além de cessão de imóvel, venda de sucata e multa contratual (*take or pay*).



MRS Logística S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2014

Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado

Pessoal chave da administração

A remuneração devida/paga ao pessoal chave da administração da Companhia, a qual inclui seu Presidente e Diretores, está demonstrada a seguir:

	2014	2013
<u>Benefícios de curto prazo</u>		
Honorários e encargos	5.071	6.847
Bônus	5.612	6.700
Outros benefícios	139	166
<u>Benefícios pós emprego</u>		
Planos de previdência	206	219
<u>Outros benefícios de longo prazo</u>		
Incentivos de longo prazo	3.686	5.436
	14.714	19.368

8. Outras contas a receber

	2014	2013
Valores a receber concessão e arrendamento	35.374	47.880
Títulos a receber	3.166	2.524
Demais contas a receber	5.437	7.309
	43.977	57.713
Circulante	5.016	56.345
Não Circulante	38.961	1.368

Valores a receber concessão e arrendamento

O valor de R\$35.374 (R\$47.880 em 31 de dezembro de 2013 registrado no circulante), registrado no não circulante corresponde ao registro decorrente de sentença favorável em processo envolvendo o Poder Concedente sobre valores pagos a maior nas atualizações das parcelas trimestrais da concessão e arrendamento em função da metodologia de cálculo da correção monetária aplicada às parcelas pagas entre outubro de 1997 a abril de 2001 (variação IGP-DI acumulada versus variação IGP-DI mensal), confirmada em sede de recurso, conforme certidão de trânsito em julgado emitida em 08 de agosto de 2013, pelo Superior Tribunal de Justiça no REsp 1254786/RJ. Em 25 de junho de 2014, foi proferida decisão favorável à MRS, por meio do qual o Juiz da 22ª Vara Federal da Seção Judiciária do Rio de Janeiro determinou a compensação do valor incontroverso, no montante de R\$17.331, com a parcela do arrendamento e concessão que venceu em 15 de julho de 2014 (vide nota explicativa 21).



MRS Logística S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2014

Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado

Títulos a receber

O valor de R\$3.166 (R\$2.524 em 31 de dezembro de 2013 registrado no circulante), de títulos a receber registrado no não circulante representa o saldo restante dos precatórios adquiridos em 2010 e utilizados em março de 2011 para quitar débitos à vista referentes ao ICMS RJ. O acréscimo de R\$642 é decorrente da atualização monetária destes títulos no valor de R\$917, deduzida da redução ao valor recuperável no valor de R\$1.356 em 31 de dezembro de 2014 (R\$1.081 em 31 de dezembro de 2013).

Demais contas a receber

As demais contas a receber no valor de R\$5.437, sendo R\$5.016 e R\$421 registradas no ativo circulante e não circulante, respectivamente (R\$7.309, sendo R\$5.941 e R\$1.368 registrados no ativo circulante e não circulante, respectivamente em 31 de dezembro de 2013), é composto por valores a receber decorrentes de venda de sucata, prestação de serviço de manutenção, aluguéis e outros valores não relacionados ao serviço de fretes ferroviários.

9. Estoques

	2014	2013
Peças para manutenção de locomotivas	51.602	59.401
Peças para manutenção de vagões	21.130	15.642
Materiais de manutenção eletrônica	9.276	6.687
Suporte técnico	6.861	6.528
Materiais de via permanente	7.067	8.709
Importações em andamento	2.100	9.245
Combustíveis	1.454	1.605
Outros	3.470	6.373
	102.960	114.190
Provisão por obsolescência	(8.000)	(7.263)
	94.960	106.927

Os itens incluídos neste grupo correspondem a materiais que serão utilizados, principalmente, em serviços de manutenção própria e de recuperação de componentes que serão aplicados posteriormente nas manutenções. Estes materiais se encontram valorados pelo custo médio ponderado de aquisição, líquido da provisão por obsolescência, que em 31 de dezembro de 2014 totalizava R\$8.000 (R\$7.263 em 31 de dezembro de 2013).

A redução de R\$11.230 nos estoques de 31 de dezembro de 2014, em relação a 31 de dezembro de 2013, deve-se, principalmente a: (i) finalização dos processos de importação do exercício de 2013 totalizando uma redução de R\$7.145; e (ii) R\$4.085 devido a uma gestão mais eficiente dos estoques, visando liberar capital de giro e mantendo os índices de atendimento à manutenção.



MRS Logística S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2014

Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado

10. Tributos a recuperar

	2014	2013
Imposto sobre circulação de mercadorias e serviços – ICMS	70.407	126.802
PIS/COFINS a recuperar	67.970	71.322
Imposto de renda retido na fonte	18.542	11.001
IRPJ/CSLL a compensar	395	17.251
Outros	262	380
	157.576	226.756
Circulante	70.406	140.424
Não circulante	87.170	86.332

ICMS

Os saldos de ICMS a recuperar do ativo circulante e não circulante cujos valores em 31 de dezembro de 2014 são de R\$23.854 e R\$46.553 (R\$81.917 e R\$44.885 em 31 de dezembro de 2013), respectivamente, referem-se aos créditos decorrentes das aquisições de bens para o ativo imobilizado e das compras de insumos, líquidos de provisão para perda de créditos não recuperáveis.

Em 03 de janeiro de 2012, foi concedido Regime Especial pela Secretaria de Estado de Fazenda do Estado de Minas Gerais, de acordo com o Regulamento do ICMS (RICMS), aprovado pelo Decreto nº 43.080, de 13 de dezembro de 2002, autorizando a transferência de crédito acumulado de ICMS, no valor de R\$72.881, para empresa Usiminas Mecânica S.A., a título de pagamento pela aquisição de vagões durante os anos de 2013 e 2014. A transferência de créditos para a Usiminas Mecânica S.A. foi concluída no ano de 2014.

A redução de R\$56.395 no ano de 2014 deve-se, basicamente, à utilização de R\$49.787 referente à transferência de créditos acumulados à Usiminas Mecânica S.A. para aquisição de novos vagões, conforme mencionado acima.

A projeção para aproveitamento dos créditos de ICMS nos estados do Rio de Janeiro e São Paulo, registrados no ativo circulante, está demonstrada a seguir:

	2014	2013
Composição créditos ICMS - circulante		
ICMS - RJ	9.082	20.226
ICMS - SP	14.772	11.817
Total circulante	23.854	32.042



MRS Logística S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2014

Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado

	Saldo credor em	Utilização dos créditos ICMS					Saldo credor
	2014	2015	2016	2017	2018	2019	após 2019
ICMS - RJ	9.082	(5.903)	(3.179)	-	-	-	-
ICMS - SP	14.772	(2.103)	(2.981)	(3.726)	(4.472)	(1.490)	-
Saldo credor	23.854	(8.006)	(6.160)	(3.726)	(4.472)	(1.490)	-

PIS/COFINS a recuperar

O saldo de PIS e COFINS a recuperar no valor de R\$27.353 e R\$40.617 em 31 de dezembro de 2014 (R\$29.875 e R\$41.447 em 31 de dezembro de 2013), no circulante e não circulante, respectivamente, refere-se, principalmente, ao crédito de bens do ativo fixo que se recupera em 48 parcelas. Em 2014, a Companhia realizou levantamento de créditos extemporâneos de insumos referentes aos exercícios de 2009, 2010, 2011 e 2012 no valor de R\$5.951.

Imposto de renda retido na fonte

O montante de R\$18.542 no ativo circulante em 31 de dezembro de 2014 (R\$11.001 em 31 de dezembro de 2013), refere-se ao imposto de renda retido na fonte sobre aplicações financeiras e instrumentos financeiros derivativos - *swap*.

IRPJ/CSLL a compensar

O montante de R\$395 no circulante em 31 de dezembro de 2014 (R\$17.251 em 31 de dezembro de 2013), refere-se ao imposto de renda e contribuição social a compensar.

A redução de R\$16.856 do saldo desta conta refere-se, basicamente, a utilização para compensação de parte do pagamento destes tributos em decorrência do benefício do P&D (Lei do Bem) do ano de 2012 que foi reconhecido no exercício de 2013, após divulgação das empresas beneficiadas pelo MCTI (Ministério da Ciência e Tecnologia).

Outros

O montante de R\$262 em 31 de dezembro de 2014 no ativo circulante (R\$380 em 31 de dezembro de 2013), refere-se a outros tributos a recuperar/compensar.



MRS Logística S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2014 Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado

11. Imposto de renda e contribuição social

(a) Tributos sobre o lucro

	2014	2013
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	575.657	718.702
Alíquota nominal	34%	34%
IRPJ/CSLL pela alíquota nominal:	195.723	244.358
Ajustes para refletir a alíquota efetiva:	1.173	4.926
Ajuste de estoque	1.960	1.793
Despesas com doações	531	976
Perda com investimento audiovisual	145	180
Despesa com projeto empresa cidadã	164	190
Bônus da diretoria executiva	2.022	1.897
Incentivos fiscais (PAT, Rouanet, FIA, Esporte e Audiovisual)	(6.100)	(8.234)
Ganho passivo atuarial plano de saúde	788	3.235
Perda de ICMS indedutível	-	1.246
Outros	1.663	3.643
IRPJ/CSLL no resultado do exercício	196.896	249.284
Corrente	149.484	158.271
Diferido	47.412	91.013
IRPJ/CSLL no resultado do exercício	196.896	249.284
Alíquota fiscal efetiva total	34,21%	34,68%
Alíquota fiscal efetiva total – correntes	25,97%	22,02%
Alíquota fiscal efetiva total – diferidos	8,24%	12,66%



MRS Logística S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2014

Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado

(b) Imposto de renda e contribuição social diferidos

Os saldos tributários diferidos registrados no ativo e passivo foram apurados sobre as diferenças temporárias e estão demonstrados a seguir:

	2014	2013
	IRPJ/CSLL	IRPJ/CSLL
Ativo		
Provisão contingências	42.795	37.434
Provisões diversas	36.076	17.809
Provisão perda ativos	6.640	10.977
Provisão perda ICMS	1.895	4.612
Passivo plano de saúde	887	1.386
Outros	123	121
Total ativo	88.416	72.339
Passivo		
Depreciação	205.038	163.635
Depreciação acelerada vagões e locomotivas	96.425	89.865
Capitalização de juros	31.590	27.377
Instrumentos financeiros derivativos - <i>swap</i>	30.423	17.299
P&D depreciação acelerada 2008 / 2009 / 2012 Lei 11.196/05	12.191	13.947
Ganho passivo atuarial plano de saúde	4.023	3.235
Outros	473	528
Total passivo	380.163	315.886
Total líquido	291.747	243.547

O imposto de renda e a contribuição social diferidos sobre as diferenças temporárias estão previstos para serem compensados na medida da liquidação das contingências e demais adições temporárias dedutíveis.

Em virtude do RTT – Regime Tributário de Transição, a Companhia constituiu IRPJ/CSLL diferido das diferenças entre o resultado societário e fiscal, no valor de R\$241.001, o qual será desconstituído pelo prazo remanescente do contrato de concessão conforme regras prescritas nos artigos 69 da Lei 12.793/14 e 174 da Instrução Normativa RFB nº 1515/14.



MRS Logística S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2014

Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado

A movimentação líquida da conta de impostos diferidos é a seguinte:

	2014	2013
Em 1º Janeiro	243.547	149.300
Provisão contingências	(5.361)	2.472
Provisões diversas	(18.267)	(2.119)
Provisão ganhos/perdas financeiras	(16.396)	10.673
Provisão plano de saúde	499	2.753
Provisão perda ativos	4.337	(10.688)
Provisão perda ICMS	2.717	(3.391)
Depreciação	41.403	44.866
Depreciação acelerada vagões e locomotivas	6.560	25.860
Capitalização de juros	4.213	9.049
Instrumentos financeiros derivativos - swap	29.520	(2.015)
Ganho passivo atuarial plano de saúde	788	3.235
P&D depreciação acelerada 2008/2009/2012 Lei 11.196/05	(1.756)	13.702
Outros	(57)	(150)
Em 31 de Dezembro	291.747	243.547

12. Despesas antecipadas

	2014	2013
Adiantamento arrendamento	163.432	167.060
Outras despesas antecipadas	5.272	4.857
	168.704	171.917

Circulante	13.801	13.183
Não circulante	154.903	158.734

Adiantamento arrendamento

As parcelas do arrendamento estão registradas no ativo circulante e não circulante nos montantes de R\$8.817 e R\$154.615 (R\$8.817 e R\$158.243 em 31 de dezembro de 2013), respectivamente.

Os adiantamentos por arrendamento são apropriados ao custo dos serviços prestados de forma linear pelo período de duração do contrato de arrendamento (360 meses). A parcela do circulante compreende o montante dos adiantamentos amortizáveis em até 365 dias. No ano de 2014 o valor amortizado de arrendamento foi de R\$8.817.

A descrição da operação está mencionada na nota explicativa 21.

Outras despesas antecipadas

As outras despesas antecipadas registradas no ativo circulante e não circulante nos montantes de R\$4.984 e R\$288 (R\$4.366 e R\$491 em 31 de dezembro de 2013), respectivamente, referem-se a despesas com seguros, despesas com serviços de manutenção do sistema operacional (Oracle – EBS) da Companhia e demais obrigações pagas antecipadamente.



MRS Logística S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2014

Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado

13. Outros ativos circulantes e não circulantes

O grupo de outros ativos circulantes e não circulantes é composto da seguinte forma:

	2014	2013
Instrumentos financeiros - <i>swap</i>	115.851	64.769
Depósitos judiciais	46.706	39.272
Adiantamentos a terceiros	13.994	8.423
Investimento audiovisual	2.468	2.893
Ativos mantidos para venda	1.269	2.188
	180.288	52.775
Circulante	13.999	8.423
Não circulante	166.289	109.122

Instrumentos financeiros (vide nota explicativa 19)

Os instrumentos financeiros no valor de R\$115.851 em 31 de dezembro de 2014 (R\$64.769 em 31 de dezembro de 2013), estão registrados no ativo circulante e não circulante da seguinte forma:

	2014	2013
No ativo circulante	5	-
No ativo não circulante	115.846	64.769
	115.851	64.769

Depósitos judiciais

A Companhia possui depósitos judiciais recursais e para garantia de execução à disposição do juízo para permitir a interposição de recurso, nos termos da lei. São atualizados monetariamente e ficam registrados no ativo não circulante até que haja decisão judicial. Estão assim distribuídos:

	2014	2013
Trabalhistas	22.921	17.347
Cíveis	12.948	11.212
Fiscais	10.188	10.713
Ambientais	649	-
	46.706	39.272

Adiantamentos a terceiros

Os adiantamentos a terceiros no valor de R\$13.994 em 31 de dezembro de 2014 (R\$8.423 em 31 de dezembro de 2013), registrados no circulante correspondem aos adiantamentos concedidos a fornecedores e funcionários como adiantamento de férias, empréstimos de férias e outros adiantamentos.



MRS Logística S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2014

Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado

Investimento audiovisual

O valor de R\$2.468 em 31 de dezembro de 2014 (R\$2.893 em 31 de dezembro de 2013), registrado no ativo não circulante representa os investimentos realizados para produção de obras audiovisuais cinematográficas brasileiras, de acordo com a Lei nº 8.685/93.

Os investimentos audiovisuais estão sendo amortizados pelo prazo de cada obra cinematográfica.

Ativos mantidos para venda

Os ativos mantidos para venda no valor de R\$1.269 em 31 de dezembro de 2014 (R\$2.188 em 31 de dezembro de 2013), referem-se, basicamente, aos ativos sucateados na operação da Companhia e estão registrados no não circulante.



MRS Logística S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2014

Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado

14. Imobilizado

Por natureza, o imobilizado está constituído da seguinte forma:

	<u>Benfeitorias imóveis de terceiros</u>	<u>Locomotivas</u>	<u>Vagões</u>	<u>Imobilizado em curso</u>	<u>Outros</u>	<u>Total</u>
Custo						
Em 31/12/2013	2.369.881	2.159.174	1.716.356	810.799	446.011	7.502.221
Adições	-	-	17	1.048.475	-	1.048.492
Transferências / Reclassificações	649.536	243.645	332.679	(1.323.167)	97.307	-
Reversão de provisão para perda	9.443	-	-	4.321	-	13.764
Baixas	(15.306)	(15.651)	(31.930)	(2.813)	(6.086)	(71.786)
Em 31/12/2014	3.013.554	2.387.168	2.017.122	537.615	537.232	8.492.691
Depreciação						
Em 31/12/2013	(719.747)	(800.697)	(586.874)	-	(176.651)	(2.283.969)
Adições	(183.403)	(106.158)	(89.256)	-	(46.098)	(424.915)
Baixas	4.566	3.354	19.615	-	4.387	31.922
Em 31/12/2014	(898.584)	(903.501)	(656.515)	-	(218.362)	(2.676.962)
Valor residual líquido						
Em 31/12/2014	2.114.970	1.483.667	1.360.607	537.615	318.870	5.815.729
Em 31/12/2013	1.650.134	1.358.477	1.129.482	810.799	269.360	5.218.252

	<u>Benfeitorias imóveis de terceiros</u>	<u>Locomotivas</u>	<u>Vagões</u>	<u>Imobilizado em curso</u>	<u>Outros</u>	<u>Total</u>
Custo						
Em 31/12/2012	2.000.770	2.045.337	1.562.774	824.893	322.165	6.755.939
Adições	-	-	-	785.451	-	785.451
Transferências / Reclassificações	378.554	125.507	154.843	(789.669)	130.765	-
Provisão para perda	(9.443)	(9.473)	(701)	(4.321)	-	(23.938)
Baixas	-	(2.197)	(560)	(5.555)	(6.919)	(15.231)
Em 31/12/2013	2.369.881	2.159.174	1.716.356	810.799	446.011	7.502.221
Depreciação						
Em 31/12/2012	(565.908)	(702.077)	(514.565)	-	(140.353)	(1.922.903)
Adições	(153.838)	(100.742)	(73.647)	-	(41.349)	(369.576)
Transferências / Reclassificações	(1)	-	1.064	-	(1.063)	-
Baixas	-	2.122	274	-	6.114	8.510
Em 31/12/2013	(719.747)	(800.697)	(586.874)	-	(176.651)	(2.283.969)
Valor residual líquido						
Em 31/12/2013	1.650.134	1.358.477	1.129.482	810.799	269.360	5.218.252
Em 31/12/2012	1.434.862	1.343.260	1.048.209	824.893	181.812	4.833.036



MRS Logística S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2014

Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado

Reversão de provisão para perda

O valor de R\$13.764 refere-se a reversão de provisão para perda de ativos constituída em anos anteriores sendo, R\$9.443 devido a realização da baixa em benfeitorias em imóveis de terceiros e R\$4.321 devido a uma reavaliação da provisão constituída.

Custos de empréstimos capitalizados

O valor dos custos de empréstimos capitalizados no ano de 2014 foi R\$12.392 (R\$26.613 no ano de 2013). A taxa utilizada para determinar o montante dos custos de financiamentos passíveis de capitalização foi de 8,6% ao ano (7,4% no ano de 2013), que representa a taxa média dos financiamentos da Companhia.

Imobilizações em andamento

As imobilizações em andamento estão substancialmente representadas por gastos incorridos na ampliação, recuperação e modernização da via permanente, locomotivas, vagões e sistemas de sinalização e telecomunicação arrendados, como também na compra de locomotivas e vagões que são transferidos para as contas definitivas do imobilizado e depreciados a partir da data em que estão disponíveis para uso.

Revisão de vida útil

Em atendimento ao CPC 27 – Imobilizado e ao IAS 16, a vida útil econômica dos principais ativos da Companhia é revisada periodicamente. Em dezembro de 2014 foi efetuada a revisão dos laudos que apresentou uma alteração na vida útil média da via permanente e a partir de 2015 passa a ser de 12 anos. Para os demais ativos não houve alteração de vida útil.

As taxas anuais de depreciação e vida útil dos principais grupos de ativos estão demonstradas na nota explicativa 2.10.

15. Intangível

Por natureza, o intangível está constituído da seguinte forma:

	<u>Concessão</u>	<u>Sistemas informatizados e software</u>	<u>Projetos em andamento</u>	<u>Total</u>
Custo				
Em 31/12/2013	16.095	176.608	4.515	197.218
Adições	274	-	11.664	11.938
Transferências	-	10.140	(10.140)	-
Baixas	-	(38)	-	(38)
Em 31/12/2014	16.369	186.710	6.039	209.118
Amortização				
Em 31/12/2013	(7.594)	(129.127)	-	(136.721)
Adições	(444)	(22.542)	-	(22.986)
Baixas	-	38	-	38
Em 31/12/2014	(8.038)	(151.631)	-	(159.669)
Em 31/12/2014	8.331	35.079	6.039	49.449
Em 31/12/2013	8.501	47.481	4.515	60.497



MRS Logística S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2014

Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado

	<u>Concessão</u>	<u>Sistemas informatizados e software</u>	<u>Projetos em andamento</u>	<u>Total</u>
Custo				
Em 31/12/2012	15.815	153.668	12.947	182.430
Adições	280	-	14.508	14.788
Transferências	-	22.940	(22.940)	-
Em 31/12/2013	16.095	176.608	4.515	197.218
Amortização				
Em 31/12/2012	(7.150)	(105.132)	-	(112.282)
Adições	(444)	(23.995)	-	(24.439)
Em 31/12/2013	(7.594)	(129.127)	-	(136.721)
Em 31/12/2013	8.501	47.481	4.515	60.497
Em 31/12/2012	8.665	48.536	12.947	70.149

A parcela referente ao adiantamento da concessão (direito de outorga) está registrada no ativo intangível no montante de R\$8.331 (R\$8.501 em 31 de dezembro de 2013), e é apropriada ao custo dos serviços prestados de forma linear pelo período de duração do contrato de concessão (360 meses).

A taxa de amortização dos ativos intangíveis, exceto a concessão, foi estimada em 20% ao ano.

16. Obrigações sociais e trabalhistas

	<u>2014</u>	<u>2013</u>
<u>Obrigações sociais</u>		
INSS (vide nota explicativa 2.22.2)	13.811	21.047
FGTS	5.557	5.267
Outros	1.381	1.098
	<u>20.749</u>	<u>27.412</u>
<u>Obrigações trabalhistas</u>		
PPR – Plano de Participação nos Resultados / Bônus	67.427	61.790
Provisão para férias e 13º salário	32.159	30.068
Salários a pagar	16.340	15.881
IRRF a pagar	3.908	3.803
Outros	15.225	13.040
	<u>135.059</u>	<u>124.582</u>
	<u>155.808</u>	<u>151.994</u>



MRS Logística S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2014

Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado

17. Obrigações fiscais

	2014	2013
Imposto de renda	22.862	51.734
Contribuição social	10.205	18.780
ICMS	3.662	4.830
COFINS	9.421	7.763
PIS	2.045	1.685
Outros	3.435	3.462
	51.630	88.254



MRS Logística S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2014

Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado

18. Empréstimos e financiamentos

Os empréstimos e financiamentos estão compostos da seguinte forma:

	2014	2013
<u>Moeda nacional</u>		
BNDES:		
FINEM (a)	1.651.514	1.494.221
DULC (b)	799.106	625.857
FINAME (c)	457.643	368.018
BDMG (d)	394.765	500.346
FINEP (e)	32.764	40.320
Instrumentos financeiros derivativos - swap (vide nota 19)	11.873	15.110
	39.322	20.762
	1.735.473	1.570.413
Custos da transação	(2.251)	(1.741)
	1.733.222	1.568.672
<u>Moeda estrangeira</u>		
Banco de Tokyo (f)	398.954	351.829
Ex-Im (g)	97.699	106.436
Financiamento IFC (h)	33.226	43.955
	529.879	502.220
Custos da transação	(2.096)	(3.212)
	527.783	499.008
<u>Debêntures (i)</u>	813.938	848.336
Custos da transação	(2.414)	(3.271)
	811.524	845.065
Total de empréstimos e financiamentos + custo da transação	3.072.529	2.912.745
Circulante	419.720	352.353
Não circulante	2.652.809	2.560.392



MRS Logística S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2014

Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado

O fluxo de amortização dos financiamentos não circulantes é como segue:

	2016	2017	2018	Após 2018	Total
FINAME	101.405	92.044	57.965	38.168	289.582
DULC	88.853	88.853	88.853	104.169	370.728
FINEM	121.408	121.408	121.408	355.509	719.733
Debêntures	137.500	237.500	237.500	143.750	756.250
BDMG	9.673	6.673	6.673	-	23.019
FINEP	3.231	3.232	2.154	-	8.617
Banco de Tokyo	199.215	-	132.810	66.405	398.430
Ex-Im	22.978	22.977	22.977	5.744	74.676
Financiamento IFC	16.601	-	-	-	16.601
	700.864	572.687	670.340	713.745	2.657.636

Em 31 de dezembro de 2014 os custos de transação das captações de recursos estavam apresentados da seguinte forma:

	Curto prazo	Longo prazo				Total	
	2015	2016	2017	2018	Após 2018	Total	CP + LP
DULC	88	93	86	75	259	513	601
FINEM	207	258	250	243	692	1.443	1.650
Debêntures	778	681	527	307	121	1.636	2.414
Ex-Im	740	559	373	191	28	1.151	1.891
Financiamento IFC	121	84	-	-	-	84	205
	1.934	1.675	1.236	816	1.100	4.827	6.761



MRS Logística S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2014

Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado

Em 31 de dezembro de 2014 o montante dos custos de transações incorrido em cada processo de captação foi:

	2014	2013	2012	Total
DULC	163.990	-	-	163.990
(-) custos de captações	(575)	-	-	(575)
% custos/valor captação	-0,35%	-	-	-0,35%
FINEM	231.205	277.543	275.886	784.634
(-) custos de captações	(198)	(1.193)	(727)	(2.118)
% custos/valor captação	-0,09%	-0,37%	-0,21%	-0,67%
Debêntures 5ª emissão	-	-	300.000	300.000
(-) custos de captações	-	-	(1.159)	(1.159)
% custos/valor captação	-	-	-0,39%	-0,39%
Debêntures 6ª emissão	-	300.000	-	300.000
(-) custos de captações	-	(1.115)	-	(1.115)
% custos/valor captação	-	-0,37%	-	-0,37%

Moeda nacional:

(a) As operações de FINEM, contratadas junto ao BNDES, no montante de R\$799.106 em 31 de dezembro de 2014 (R\$625.857 em 31 de dezembro de 2013), possuem taxa nominal igual à taxa efetiva e estão sujeitas a encargos de TJLP mais “spread” de 1,40% ao ano até 4,01% ao ano ou taxa fixa de 2,50% ao ano até 5,50% ao ano. Estes financiamentos estão destinados à implantação de equipamentos que visam à redução do número de acidentes ocorridos em áreas urbanas de influência da MRS, à melhoria do ciclo operacional, por meio da eliminação de passagens em nível e da vedação da faixa de domínio e à aquisição de material rodante. Os investimentos incluem, dentre outros, a construção de passarelas, viadutos e passagens inferiores. Durante o ano de 2014 ocorreram novas captações nesta modalidade de empréstimo, com as características já mencionadas acima e conforme foi informado nas informações intermediárias – ITR’s – do 1º e 3º trimestre de 2014. No 4º trimestre de 2014 o valor captado foi de R\$6.056, totalizando um montante de R\$231.205 no ano de 2014. O prazo final de amortização do contrato é 15 de novembro de 2022.

Essas operações têm como garantia recebíveis de contratos comerciais, alienação fiduciária dos bens financiados, direitos emergentes e aplicação financeira no valor de 3 (três) parcelas a pagar do financiamento.

(b) O DULC, operação direta com o BNDES, com saldo de R\$457.643 em 31 de dezembro de 2014 (R\$368.018 em 31 de dezembro de 2013), possui taxa nominal igual à taxa efetiva e está sujeito a encargos de TJLP mais “spread” de 0,58% ao ano até 1,86% ao ano ou taxa fixa de 4,50% ao ano. Esta operação tem como objetivo financiar projetos de gargalos logísticos, de expansão da via permanente, de modernização e recuperação de ativos, de confiabilidade de infraestrutura, além de compras de locomotivas. A garantia deste contrato é composta por recebíveis de contratos comerciais, direitos emergentes da concessão e aplicação financeira



MRS Logística S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2014

Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado

correspondente ao valor de 3 (três) parcelas a pagar do financiamento. Durante o ano de 2014 ocorreram novas captações nesta modalidade de empréstimo, com as características já mencionadas acima e conforme foi informado nas informações intermediárias – ITR's – do 1º e 3º trimestre de 2014. No 4º trimestre de 2014 o valor captado foi de R\$50.000, totalizando um montante de R\$163.990 no ano de 2014. O prazo final de amortização do contrato é 15 de junho de 2023.

(c) Os FINAME's, financiamentos com recursos do BNDES, com saldo de R\$394.765 em 31 de dezembro de 2014 (R\$500.346 em 31 de dezembro de 2013), possuem taxa nominal igual à taxa efetiva e referem-se a operação para compra de vagões e locomotivas, sujeitas a encargos de TJLP mais “spread”, equivalente a uma TIR (taxa interna de retorno) de 7,6% ao ano ou taxa fixa de 4,50% ao ano. O prazo final de amortização do contrato é 15 de janeiro de 2021.

Estas operações possuem como garantia a alienação fiduciária dos bens financiados.

(d) O financiamento contratado junto ao BDMG – Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais no valor total de R\$50.000, dividido em duas tranches uma no valor de R\$35.000 com taxa nominal igual a IPCA mais taxa fixa de 5,76% ao ano, com TIR de 11,0% ao ano, e a outra no valor de R\$15.000, com taxa nominal de SELIC meta mais taxa fixa de 2% ao ano, com TIR de 13,3% ao ano, tem por finalidade a aquisição de equipamentos para modernização da malha ferroviária. O saldo de R\$32.764 em 31 de dezembro de 2014 (R\$40.320 em 31 de dezembro de 2013), é referente à liberação da primeira parcela do empréstimo no valor de R\$40.000, sendo R\$28.000 referente à primeira tranche e R\$12.000 referente à segunda tranche, acrescido da variação monetária no período. Este contrato tem como garantia carta de fiança e o prazo final de amortização é 24 de dezembro de 2018.

(e) O empréstimo realizado junto à FINEP – Financiadora de Estudos e Projetos, com saldo de R\$11.873 em 31 de dezembro de 2014 (R\$15.110 em 31 de dezembro de 2013), possui taxa fixa nominal igual à taxa efetiva correspondente a 5,00% ao ano. O objetivo da operação é financiar o projeto “Aplicação de Dormentes de Composto Plástico”, cujo foco é o desenvolvimento de alternativas ecologicamente sustentáveis para produção e utilização de dormentes. Este contrato tem como garantia carta de fiança e o prazo final de amortização é 15 de agosto de 2018.

Moeda estrangeira:

(f) Os financiamentos junto ao Banco de Tokyo, com saldo de R\$398.954 em 31 de dezembro de 2014 (R\$351.829 em 31 de dezembro de 2013), possuem taxa fixa nominal igual à taxa efetiva correspondente a 2,95% ao ano até 3,44% ao ano. Contratados e desembolsados, respectivamente, em dezembro de 2011 e setembro de 2013, estas operações tiveram como objetivo reforçar o caixa da Companhia para os crescentes investimentos realizados, bem como liquidar antecipadamente, em setembro de 2013, uma captação via NCE (Nota de Crédito à Exportação), com o intuito de alongar o prazo da dívida e suavizar o fluxo de amortização futuro da Companhia. A Companhia não constituiu garantia para este contrato e o prazo final de amortização é 18 de março de 2019.

(g) O financiamento junto ao US Export-Import Bank (Ex-Im), com saldo de R\$97.699 em 31 de dezembro de 2014 (R\$106.436 em 31 de dezembro de 2013), está sujeito à taxa fixa nominal de 3,30% ao ano (taxa fixa efetiva de 4,26% ao ano). Contratado em março de 2009 e desembolsado em abril do mesmo ano, esta operação teve como objetivo a compra de 38 locomotivas novas, as quais constituem a própria garantia do contrato. O prazo final de amortização é 25 de março de 2019.



MRS Logística S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2014

Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado

(h) O financiamento junto ao IFC, com saldo de R\$33.226 em 31 de dezembro de 2014 (R\$43.955 em 31 de dezembro de 2013), possui taxa nominal igual à taxa efetiva e está sujeito a LIBOR mais “spread” de 1,30% ao ano. Esta operação tem como garantias locomotivas e recebíveis de contratos comerciais, além dos direitos emergentes da concessão e o prazo final de amortização é 15 de dezembro de 2016.

(i) Debêntures:

4ª Emissão

A Companhia emitiu, em 9 de junho de 2010, R\$300.000 em debêntures não conversíveis sob a instrução CVM nº. 476. A operação tem como finalidade o financiamento de investimentos em expansão da via e modernização e melhorias de equipamentos, locomotivas e vagões. As debêntures foram emitidas em uma série indexada de acordo com a variação CDI mais uma taxa fixa nominal de 1,5% ao ano (taxa efetiva de 1,62% ao ano), sendo juros pagos semestralmente durante o período de carência de 24 (vinte e quatro) meses, e mensalmente após término do período de carência. O saldo em 31 de dezembro de 2014 é de R\$195.760 (R\$233.244 em 31 de dezembro de 2013). No exercício findo em 31 de dezembro de 2014, as condições contratuais da 4ª emissão de debêntures permaneceram inalteradas em relação às publicadas nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2013. O prazo final de amortização do contrato é 3 de fevereiro de 2020.

5ª Emissão

Em 18 de julho de 2012, a Companhia emitiu R\$300.000 em debêntures não conversíveis sob a instrução CVM nº. 476. A operação tem como finalidade reforço do capital de giro e alongamento do perfil da dívida da Companhia. As debêntures foram emitidas em uma série indexada de acordo com a variação do CDI acrescida de sobretaxa equivalente a 0,9%, definida após o processo de *Bookbuilding*, sendo juros pagos semestralmente durante todo período da emissão e com amortização anual no 4º, 5º e 6º ano. O saldo em 31 de dezembro de 2014 é de R\$316.196 (R\$313.383 em 31 de dezembro de 2013). No exercício findo em 31 de dezembro de 2014, as condições contratuais da 5ª emissão de debêntures permaneceram inalteradas em relação às publicadas nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2013. O prazo final de amortização do contrato é 18 de julho de 2018.

6ª Emissão

Em 10 de dezembro de 2013, a Companhia emitiu R\$300.000 em debêntures não conversíveis sob a instrução CVM nº. 476. A operação tem como finalidade reforço do capital de giro e alongamento do perfil da dívida da Companhia. As debêntures foram emitidas em uma série indexada de acordo com a variação do CDI acrescida de sobretaxa equivalente a 0,9% definida após o processo de *Bookbuilding*, sendo juros pagos semestralmente durante todo período da emissão e com amortização anual no 4º, 5º e 6º ano. O saldo em 31 de dezembro de 2014 é de R\$301.983 (R\$301.709 em 31 de dezembro de 2013). No exercício findo em 31 de dezembro de 2014, as condições contratuais da 6ª emissão de debêntures permaneceram inalteradas em relação às publicadas nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2013. O prazo final de amortização do contrato é 10 de dezembro de 2019.



MRS Logística S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2014

Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado

Condições restritivas financeiras (covenants)

Os contratos de empréstimos e financiamentos têm cláusulas restritivas relativas à manutenção de certos índices financeiros. As condições restritivas dos *covenants* permanecem inalteradas em relação a 2013.

Todos os *covenants* foram atendidos em 31 de dezembro de 2014 e 31 de dezembro de 2013.

2014		
Contratos	Indicadores	Índice padrão
IFC	- índice de cobertura do serviço da dívida	maior ou igual a 1,5
	- quociente da dívida líquida pelo EBITDA	menor ou igual a 2,5
	- quociente da dívida bruta pelo ativo tangível líquido	menor ou igual a 2,0
BNDES	- dívida líquida / EBITDA	menor ou igual a 2,5
Banco Tokyo	- dívida líquida / EBITDA	menor ou igual a 3,0
Debêntures 4ª emissão	- dívida líquida / EBITDA	menor ou igual a 2,5
	- EBITDA / resultado financeiro	maior ou igual a 4,0
Debêntures 5ª emissão	- EBITDA / despesa financeira líquida	maior que 4,0 ou menor que 0 (zero)
	- dívida líquida / EBITDA	menor ou igual a 3,0
Debêntures 6ª emissão	- EBITDA / despesa financeira líquida	maior que 4,0 ou menor que 0 (zero)
	- dívida líquida / EBITDA	menor ou igual a 3,0

19. Instrumentos financeiros

Operações com instrumentos financeiros

O cálculo do valor justo de aplicações (Caixa, Equivalentes de Caixa e Caixa Restrito), é realizado da seguinte forma: Para aplicações com carência inferior ou igual a 60 dias, considera-se o valor justo como sendo o próprio valor original. Caso a carência seja superior a 60 dias, calcula-se a rentabilidade pela taxa de juros contratada até o fim da carência, descontando-se, a seguir, por uma taxa mais elevada, equivalente a 110% da taxa contratada, o que representa uma penalidade pela eventual saída da aplicação no período de não liquidez.

Além disso, a Companhia informa que para aqueles empréstimos e financiamentos que possuem cotação pública de mercado para a taxa de juros de referência, calcula-se o fluxo até o vencimento com a taxa contratual e, em seguida, desconta-se pela taxa atualizada constante da fonte pública. Porém, para os empréstimos e financiamentos que não têm fonte pública de taxa de juros, depois de calcular o fluxo até o vencimento com a taxa contratual, desconta-se pela taxa de juros de operações semelhantes em termos de risco e prazo. Eventualmente, no caso de



MRS Logística S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2014

Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado

dificuldade em identificar financiamentos comparáveis, a taxa de desconto é determinada através de consulta a instituições financeiras.

A tabela a seguir apresenta os valores contábeis de todas as operações com instrumentos financeiros realizadas pela Companhia, em comparação aos seus valores justos:

	2014		2013	
	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
Instrumentos financeiros				
Ativos				
Caixa e equivalentes de caixa	221.085	221.085	429.045	429.045
Caixa restrito	45.821	45.821	42.034	42.034
Contas a receber	57.239	57.239	130.003	130.003
Partes relacionadas	213.047	213.047	136.631	136.631
Ganhos em operações com instrumentos financeiros derivativos - <i>swap</i>	115.851	115.851	64.769	64.769
Total	653.043	653.043	802.482	802.482
Passivos				
Fornecedores	181.927	181.927	172.096	172.096
Partes relacionadas	4.680	4.680	10.899	10.899
Empréstimos e financiamentos em moeda nacional	1.696.151	1.696.151	1.549.651	1.549.651
Empréstimos e financiamentos em moeda estrangeira	529.879	536.169	502.220	506.886
Debêntures	813.938	813.938	848.336	848.336
Perdas em operações com instrumentos financeiros derivativos - <i>swap</i>	39.322	39.322	20.762	20.762
Total	3.265.897	3.272.187	3.103.964	3.108.630

O cálculo do valor justo dos empréstimos considera a cotação de mercado das respectivas operações, com exceção daquelas que (i) não contam com mercado líquido de referência ou (ii) cuja liquidação (valor de saída) possa ser feita sem haver penalização. Para estes casos, o valor justo coincide com o valor na curva.



MRS Logística S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2014

Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado

Classificação dos instrumentos financeiros

	2014			2013		
	Valor justo por meio do resultado	Empréstimos e recebíveis	Total	Valor justo por meio do resultado	Empréstimos e Recebíveis	Total
Ativos						
Caixa e equivalentes de caixa	-	221.085	221.085	-	429.045	429.045
Caixa restrito	-	45.821	45.821	-	42.034	42.034
Contas a receber	-	57.239	57.239	-	130.003	130.003
Partes relacionadas	-	213.047	213.047	-	136.631	136.631
Ganhos em operações com instrumentos financeiros derivativos - <i>swap</i>	115.851	-	115.851	64.769	-	64.769
Total	115.851	537.192	653.043	64.769	737.713	802.482
	2014			2013		
	Valor justo por meio do resultado	Outros passivos financeiros	Total	Valor justo por meio do resultado	Outros passivos financeiros	Total
Passivos						
Fornecedores	-	181.927	181.927	-	172.096	172.096
Partes relacionadas	-	4.680	4.680	-	10.899	10.899
Empréstimos e financiamentos em R\$	-	1.696.151	1.696.151	-	1.549.651	1.549.651
Empréstimos e financiamentos em USD	-	529.879	529.879	-	502.220	502.220
Debêntures	-	813.938	813.938	-	848.336	848.336
Perdas em operações com instrumentos financeiros derivativos - <i>swap</i>	39.322	-	39.322	20.762	-	20.762
Total	39.322	3.226.575	3.265.897	20.762	3.083.202	3.103.964

Instrumentos financeiros derivativos

Embora as operações com derivativos tenham o propósito de proteger a Companhia da oscilação oriunda de sua exposição aos riscos de mercado, decidiu-se por não adotar a metodologia de contabilização de cobertura (*hedge accounting*). Desta forma, as operações de *swap* que em 31 de dezembro de 2014 apresentavam saldo líquido a receber no valor de R\$76.529 (saldo líquido a receber de R\$44.007 em 31 de dezembro de 2013), foram contabilizadas no resultado.



MRS Logística S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2014

Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado

Tipo de contrato	Valor de referência (nacional)		Valor justo	
	2014	2013	2014	2013
Contratos de <i>swap</i>				
Posição ativa				
Dólar Fixo (dólar fixo para real CDI)	403.355	392.070	499.865	456.293
Posição passiva				
Real CDI (dólar fixo para real CDI)	403.355	392.070	(408.675)	(403.705)
Total dos contratos de <i>swap</i>			91.190	52.588
Provisão de IR sobre ganhos <i>swap</i>			(14.661)	(8.581)
Total dos contratos de <i>swap</i> líquidos de IR			76.529	44.007
Classificados				
No ativo circulante			5	-
No ativo não circulante			115.846	64.769
No passivo circulante			(39.322)	(20.762)
			76.529	44.007

A Companhia conta apenas com instrumentos derivativos de *swap*. Para a ponta ativa do *swap*, atrelada a uma taxa fixa mais variação cambial do dólar, é calculado o valor pela taxa contratual até o vencimento e depois descontado pela taxa de cupom cambial correspondente ao prazo restante, compreendido entre o vencimento e a data atual. Finalmente, o valor resultante deste cálculo é convertido pela taxa de câmbio atual.

Para a ponta passiva, que está atrelada a um determinado percentual de CDI, calcula-se o valor até o vencimento aplicando este percentual. Em seguida, desconta-se este resultado à taxa de 100% do CDI até a data atual.

Descrição	2014			2013		
	Valor Nacional	Valor Justo	Vencimentos	Valor Nacional	Valor Justo	Vencimentos
Contratos de "swap"						
Posição ativa			fev/15			fev/14
Moeda estrangeira	403.355	499.865	Até	392.070	456.293	Até
Posição passiva			mar/19			mar/19
Taxas (pós)	403.355	408.675		392.070	403.705	

Os instrumentos financeiros derivativos da Companhia estão distribuídos entre as seguintes contrapartes:



MRS Logística S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2014

Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado

Instituição	MRS Recebe	MRS Paga	Data de Início	Data de Vencimento	Valor Nominal Contratado (USD)	Valor Justo dez/14 (R\$) Ativa	Valor Justo dez/14 (R\$) Passiva	Resultado Bruto (R\$) Ativa – Passiva (*)
Contratos de swap								
Banco do Brasil	USD +	100%	17/dez/14	26/fev/15	15.000	39.882	41.186	(1.304)
Banco do Brasil	2,09%	até	18/dez/14	25/jun/15	10.000	26.600	26.713	(113)
Bradesco	a.a até	108%	22/dez/14	25/set/15	10.000	26.606	26.599	7
Banco de Tokyo	3,93%	do	15/dez/11	15/dez/16	75.000	204.142	142.307	61.835
Banco de Tokyo	a.a	CDI	18/set/13	15/mar/19	75.000	202.635	171.870	30.765
Total					185.000	499.865	408.675	91.190

(*) Valores brutos de Imposto de Renda Retido na Fonte de R\$14.661, totalizando uma posição líquida de derivativos de R\$76.529.

19.1. Hierarquia do valor justo

A Companhia usa a seguinte hierarquia para determinar e divulgar o valor justo dos instrumentos financeiros:

- Nível 1: Instrumentos financeiros que possuem dados provenientes de mercado ativo (preço cotado não ajustado) de forma que seja possível acessar diariamente inclusive na data da mensuração do valor justo.
- Nível 2: Instrumentos financeiros que possuem dados diferentes dos provenientes de mercado ativo (preço cotado não ajustado) incluídos no Nível 1, extraído de modelo de precificação baseado em dados observáveis de mercado.
- Nível 3: Investimentos classificados como Nível 3 são os que possuem dados extraídos de modelo de precificação baseado em dados não observáveis de mercado.

Os instrumentos financeiros derivativos da Companhia, com saldo líquido a receber de R\$76.529 em 31 de dezembro de 2014, bem como os instrumentos financeiros associados ao caixa (incluindo caixa e equivalentes de caixa e caixa restrito) e no Nível 2 para hierarquia de valor justo. Não existem instrumentos financeiros classificados no Nível 3 e Nível 1 na Companhia. Durante o exercício de 2014, não ocorreram transferências entre os níveis.



MRS Logística S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2014

Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado

	2014			2013		
	Valor justo	Nível	Total	Valor justo	Nível	Total
Ativos (Passivos)						
Instrumentos						
financeiros derivativos	76.529	2	76.529	44.007	2	44.007
Caixa e equivalentes de caixa	221.085	2	221.085	429.045	2	429.045
Caixa restrito	45.821	2	45.821	42.034	2	42.034
Contas a receber	57.239	(*)	57.239	130.003	(*)	130.003
Partes relacionadas	213.047	(*)	213.047	136.631	(*)	136.631

(*) Para estes instrumentos financeiros não há classificação de nível na hierarquia do valor justo.

19.2. Objetivos e políticas para gestão de risco financeiro

Os principais passivos financeiros da Companhia, que não sejam derivativos, referem-se a empréstimos, contas a pagar e outras contas a pagar. O principal propósito desses passivos financeiros é captar recursos para as operações da Companhia. A Companhia possui empréstimos e outros créditos, contas a receber de clientes e outras contas a receber e depósitos à vista e de curto prazo que resultam diretamente de suas operações. A Companhia também contrata transações com derivativos.

A Companhia está exposta a risco de mercado, risco de crédito e risco de liquidez.

A alta administração supervisiona a gestão desses riscos e conta com o suporte de um comitê financeiro do Conselho de Administração, contribuindo assim, para a manutenção de uma estrutura de governança em riscos financeiros adequada para a Companhia.

O comitê financeiro recomenda ações à alta administração da Companhia para que as atividades em que se assumem riscos financeiros sejam regidas por políticas e procedimentos apropriados, e aprovadas pelo Conselho de Administração. Todas as atividades com derivativos têm por finalidade a gestão de risco, não havendo quaisquer negociações de derivativos para fins especulativos. A política para gestão de risco financeiro é revisada e aprovada anualmente pelo Conselho de Administração, sendo que a última atualização ocorreu em 21 de março de 2014.

O comitê financeiro revisa e estabelece políticas para gestão de cada um desses riscos, tendo como principal objetivo reduzir a diferença financeira ou econômica, inesperada, que possa impactar tanto o resultado da Companhia quanto o seu fluxo de caixa esperado. Como objetivo secundário, busca-se minimizar a probabilidade de:

- (i) exigência inesperada de captações adicionais de recursos;
- (ii) que as métricas da MRS violem *covenants* financeiros já assumidos.

Como mecanismo central de gestão de riscos, os controles internos utilizados pela administração da Companhia estão concentrados no acompanhamento do percentual da dívida indexada em moeda estrangeira que se encontra protegida por instrumentos financeiros derivativos. Por esta razão, a maior parte da exposição ao risco cambial da Companhia –



MRS Logística S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2014

Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado

oriunda da parcela de dívida indexada em moeda estrangeira – tem sido coberta por contratos de *swap*.

Adicionalmente, a Companhia, não só acompanha o resultado dessas operações por meio do seu valor justo, como também traça cenários de deterioração das variáveis relevantes de mercado, avaliando situações de *stress* e respectivos impactos financeiros.

19.3. Política de utilização dos instrumentos financeiros derivativos

A Companhia tem como política a mitigação de sua exposição aos riscos de mercado, procurando reduzir o impacto financeiro de flutuações nas taxas de câmbio e de juros. Tal política é implementada através do acompanhamento estratégico da exposição de seus ativos e passivos a essas variáveis, conjuntamente com a contratação de operações de derivativos que permitam o controle dos riscos envolvidos.

As operações com derivativos, basicamente, se dão por meio de *swap* de taxa de câmbio versus percentual do CDI, todas contando com bancos de primeira linha como contraparte e envolvendo taxas prefixadas em moeda estrangeira, não existindo depósito de margem em garantia. Destaca-se que a totalidade das contratações de derivativos tem como finalidade a redução de exposição a riscos, não havendo posições especulativas.

19.4. Risco de mercado

O risco de mercado é o risco de que o valor justo dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutue devido a variações nos preços de mercado. Os preços de mercado englobam três tipos de risco: risco de taxa de juros, risco cambial e risco de preço que pode ser de *commodities* e de ações, entre outros, os quais são detalhados abaixo. Instrumentos financeiros afetados pelo risco de mercado incluem empréstimos a pagar, depósitos, instrumentos financeiros disponíveis para venda e mensurados ao valor justo através do resultado e instrumentos financeiros derivativos.

(a) Risco de taxa de juros

O risco de taxa de juros advém da possibilidade da Companhia estar sujeita a perdas financeiras provocadas por alterações nas taxas de juros em que possui exposição.

A Companhia possui passivos relevantes atrelados a taxas de juros locais pós-fixadas como CDI e TJLP – Taxa de Juros de Longo Prazo – além de uma parcela da dívida em dólar exposta à LIBOR (*London Interbank Offered Rate*).

Os riscos associados ao CDI e à TJLP são avaliados por análise de sensibilidade, na qual as taxas são aumentadas em 25% (cenário I) e 50% (cenário II) em relação às taxas do cenário provável elencado pela Companhia, utilizando como base o relatório de mercado FOCUS divulgado pelo Banco Central do Brasil e a TJLP em 26 de dezembro de 2014 e em 27 de dezembro de 2013.

Na tabela abaixo, é possível notar que, na data-base de 31 de dezembro de 2014, o aumento de 50% tanto do CDI quanto da TJLP (cenário II), representa uma perda inferior a 5% (4% em 31 de dezembro de 2013) de aumento da Posição Passiva Líquida, aproximadamente, R\$81.700 (R\$61.400 em 31 de dezembro de 2013), quando comparado ao cenário provável, motivo pelo qual a Companhia decidiu não utilizar instrumentos derivativos para minimizar esta exposição.



MRS Logística S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2014

Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado

Em milhões de reais

	Base 2014	Provável	Cenário I	Cenário II
CDI	11,57%	12,38%	15,47%	18,56%
TJLP	5,50%	5,50%	6,88%	8,25%
<u>Passivo</u>	1.985,6	2.178,8	2.227,1	2.275,4
Dívida em TJLP	763,0	804,9	815,4	825,9
Dívida em CDI	813,9	914,7	939,8	965,0
Ponta Passiva de Swap em CDI	408,7	459,2	471,9	484,5
<u>Ativo</u>	241,1	270,9	278,4	285,8
Aplicações	241,1	270,9	278,4	285,8
<u>Posição Líquida Descoberta</u>	1.744,5	1.907,9	1.948,7	1.989,6

Em milhões de reais

	Base 2013	Provável	Cenário I	Cenário II
CDI	9,77%	10,40%	12,99%	15,59%
TJLP	5,00%	5,00%	6,25%	7,50%
<u>Passivo</u>	2.076,4	2.247,9	2.290,8	2.333,6
Dívida em TJLP	824,4	865,7	876,0	886,3
Dívida em CDI	848,3	936,5	958,6	980,6
Ponta Passiva de Swap em CDI	403,7	445,7	456,2	466,7
<u>Ativo</u>	466,6	515,1	527,2	539,3
Aplicações	466,6	515,1	527,2	539,3
<u>Posição Líquida Descoberta</u>	1.609,8	1.732,8	1.763,6	1.794,3

Em 31 de dezembro de 2014 as operações atreladas à LIBOR correspondiam a uma pequena parcela da dívida total da Companhia, de 1,1% (1,5% em 31 de dezembro de 2013). Portanto, a Companhia optou por não utilizar instrumentos derivativos para minimizar esta exposição.

Inflação

Pressões inflacionárias podem levar à adoção de políticas monetárias com poder de afetar adversamente o desempenho da economia brasileira como um todo e, conseqüentemente, os resultados operacionais da Companhia. Tendo em vista que o montante de dívida associado a IPCA e a SELIC atingiu R\$26.700 e R\$6.000, respectivamente, a diretoria entende que o risco associado a estes indexadores é baixo, tendo em vista que representam, conjuntamente, apenas 1,1% da dívida bruta em 31 de dezembro de 2014.



MRS Logística S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2014

Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado

	Valor contábil	
	2014	2013
Instrumentos de taxa fixa		
Ativos financeiros	-	-
Passivos financeiros	1.397.139	1.143.228
	1.397.139	1.143.228
Instrumentos de taxa variável		
Ativos financeiros	266.906	471.079
Passivos financeiros	1.642.829	1.756.979
	1.909.735	2.228.058

(b) Risco de taxa de câmbio

Os resultados da Companhia estão suscetíveis a variações significativas, em função dos efeitos da volatilidade da taxa de câmbio sobre os passivos atrelados a uma moeda diferente de sua moeda funcional.

Em especial, sua exposição ao risco de moeda (risco cambial) concentra-se nas compras e empréstimos denominados, basicamente, em dólar norte-americano, que encerrou o exercício findo em 31 de dezembro de 2014 com variação de 13,39% (14,64% em 31 de dezembro de 2013).

	2014	2013
Ativos em moeda estrangeira		
Importações em andamento	2.100	9.245
Instrumentos financeiros - <i>swap</i>	499.865	456.293
	501.965	465.538
Passivos em moeda estrangeira		
Fornecedores	(817)	(6.729)
Empréstimos e financiamentos	(529.877)	(502.220)
	(530.694)	(508.949)
Exposição líquida	(28.729)	(43.411)

A seguir, apresentam-se as variações nos ativos e passivos da Companhia atrelados à taxa de câmbio, decorrentes da aplicação dos cenários de *stress*. Optou-se por manter a ponta ativa do *swap* separada, de modo a deixar o efeito dos derivativos mais evidente.

As análises de sensibilidade nas seguintes seções referem-se à posição em 31 de dezembro de 2014, e buscam simular de que forma um *stress* nas variáveis de risco pode afetar a Companhia. O primeiro passo foi a identificação dos principais fatores que têm potencial de gerar prejuízos nos resultados, que, no caso da Companhia, resumiu-se à taxa de câmbio. A análise partiu de um cenário base, representado pelo valor contábil das operações, ou seja, considerando a taxa de venda de 31 de dezembro de 2014 e os juros acumulados no exercício. Adicionalmente, foram traçados três cenários, I, II e III, que representam, respectivamente, o cenário provável e os possíveis cenários de deterioração de 25% e 50% na variável de risco.



MRS Logística S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2014

Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado

Para realizar a análise, a Companhia utiliza como premissa do cenário provável a taxa de câmbio do final de 2014 divulgada no último Relatório Focus – Bacen anterior ao fechamento do exercício. A partir da taxa de câmbio provável, são gerados os cenários de deterioração de 25% e 50% da variável de risco.

As tabelas abaixo representam a análise de sensibilidade envolvendo o efeito líquido resultante destes choques nas taxas de câmbio para os anos de 2014 e 2013, respectivamente.

Risco de apreciação do Dólar - 2014

R\$ milhões

Operação	Cenário Provável I	Cenário II	Cenário III
<i>Hedge - Ponta Ativa de Swap</i>	27,1	131,7	263,5
Dívida em US\$	(28,7)	(139,6)	(279,3)
Risco Líquido da Operação aumento US\$	(1,6)	(7,9)	(15,8)

Risco de apreciação do Dólar - 2013

R\$ milhões

Operação	Cenário Provável I	Cenário II	Cenário III
<i>Hedge - Ponta Ativa de Swap</i>	20,9	119,3	238,6
Dívida em US\$	(23,0)	(131,3)	(262,6)
Risco Líquido da Operação aumento US\$	(2,1)	(12,0)	(24,0)

	Exposição (R\$ milhões)	Exposição provável (R\$ milhões)	Real	Taxa esperada	Impacto	
					25%	50%
Ponta Ativa de <i>Swap</i> em Dólar	499,9	526,9	2,6562	2,80	3,50	4,20
Dívida em Dólar	529,9	558,6	2,6562	2,80	3,50	4,20

Estas transações estão primariamente denominadas em Real e Dólar.

(c) Risco de crédito

Refere-se à possibilidade de a Companhia sofrer perdas decorrentes de inadimplência de suas contrapartes ou de instituições financeiras depositárias de recursos ou de investimentos financeiros. Para mitigar esses riscos, a Companhia adota como prática a análise das situações financeira e patrimonial de suas contrapartes, assim como a definição de limites de crédito e acompanhamento permanente das posições em aberto.



MRS Logística S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2014

Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado

	2014	2013
Caixa e equivalentes de caixa	221.085	429.045
Caixa restrito	45.821	42.034
Contas a receber	57.239	130.003
Partes relacionadas	213.047	136.631
Instrumentos financeiros derivativos - <i>swap</i>	115.851	64.769
Total	653.043	802.482

(a) Contas a receber

A Companhia possui suas contas a receber concentradas em alguns grandes clientes, que também são suas partes relacionadas (vide nota explicativa 7), representando, em 31 de dezembro de 2014, 78,94% do contas a receber total (51,24% em 31 de dezembro de 2013).

Tais clientes demandam transporte de cargas consideradas “cativas” e possuem a mesma política de crédito, determinada nos respectivos contratos de prestação de serviços. Para estes clientes, o risco de crédito é relativamente baixo em função dos mecanismos mitigadores definidos em contrato de prestação de serviços.

Para os clientes com transporte de cargas não “cativas”, a Companhia está subordinada às políticas de crédito fixadas por sua administração, que visam minimizar eventuais problemas decorrentes da inadimplência de seus clientes. Nestes casos, a Companhia exerce uma gestão diária de crédito e cobrança. Em caso de inadimplência, a cobrança é realizada com o envolvimento direto dos gestores responsáveis pelos contratos comerciais, podendo até mesmo acarretar na suspensão temporária da prestação do serviço.

Em 31 de dezembro de 2014, a Companhia possui provisão para créditos de liquidação duvidosa no valor de R\$51.793.

(b) Instrumentos financeiros e depósitos em dinheiro

A Companhia está sujeita a risco de crédito associado às aplicações financeiras que realiza, tendo em vista o risco de insolvência das instituições na qual a Companhia mantém suas aplicações, que pode implicar na perda total ou parcial dos recursos aplicados. Em 31 de dezembro de 2014, o valor em exposição de caixa e equivalentes de caixa da Companhia era de R\$221.085 (R\$429.045 em 31 de dezembro de 2013), que estavam alocados em conta corrente ou em aplicações em CDB ou em operações compromissadas que possuíam compromisso formal de recompra pelas instituições financeiras. Deste valor, 79% contavam com liquidez diária.

(d) Risco de liquidez

Tendo em vista que a operação da Companhia é intensa em capital para suportar o plano de negócios de longo prazo e que parte desse *Capex* é financiado por empréstimos e financiamentos, esta alavancagem, conforme mostrada no quadro abaixo, gera uma demanda por caixa para fazer frente às obrigações da Companhia. Caso a Companhia não consiga captar novos recursos ou refinar os valores já contratados devido a situações de escassez de crédito no mercado que se estenda por prazo superior a 6 meses, o caixa mínimo mantido por ela somado a sua geração de caixa das atividades operacionais não suportará os vencimentos de dívidas no longo prazo, o que poderá gerar vencimento antecipado dos contratos de financiamentos, tornando-a insolvente.



MRS Logística S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2014

Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado

O quadro abaixo resume o perfil do vencimento do passivo financeiro da Companhia em 31 de dezembro de 2014 com base nos pagamentos contratuais não descontados.

	Fluxo de Caixa Esperado					Mais que 5 anos
	31 de dezembro de 2014	Até 6 meses	6 - 12 meses	1 - 2 anos	2 - 5 anos	
Passivos (Ativos) financeiros não derivativos						
Empréstimos, financiamentos e debêntures (R\$)	3.014.650	174.777	182.238	700.864	1.656.362	300.409
Passivos (Ativos) financeiros derivativos						
<i>Swaps</i> utilizados para <i>hedge</i> (USD)	(76.529)	1.417	(5)	(52.559)	(25.382)	-

	Fluxo de Caixa Esperado					Mais que 5 anos
	31 de dezembro de 2013	Até 6 meses	6 - 12 meses	1 - 2 anos	2 - 5 anos	
Passivos (Ativos) financeiros não derivativos						
Empréstimos, financiamentos e debêntures (R\$)	2.876.683	145.661	164.610	330.937	1.734.572	500.903
Passivos (Ativos) financeiros derivativos						
<i>Swaps</i> utilizados para <i>hedge</i> (USD)	(44.007)	(5.548)	-	-	(34.871)	(44.007)

Cabe ressaltar que os passivos financeiros não derivativos que contam com algum tipo de garantia estão discriminados na nota explicativa 18. Os passivos financeiros derivativos não possuem nenhum tipo de garantia.

Gestão do capital

A política da administração é manter uma sólida base de capital para manter a confiança do investidor, credor e mercado e manter o desenvolvimento futuro do negócio. A administração monitora o retorno sobre o capital aplicado considerando os resultados das atividades econômicas dos segmentos operacionais. O objetivo é atingir um retorno compatível com o seu custo de capital revisado anualmente através do conceito do Custo Médio Ponderado de Capital. A administração também monitora o nível de dividendos para acionistas ordinários e preferenciais.

A dívida em relação ao capital no final do exercício é apresentada a seguir:



MRS Logística S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2014

Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado

	2014	2013
Total do passivo	4.156.168	3.970.725
(-) Caixa e equivalente de caixa	221.085	429.045
(-) Caixa restrito	45.821	42.034
Dívida líquida	3.889.261	3.499.646
Total do patrimônio líquido	2.847.730	2.668.882
Relação da dívida sobre o capital	1,3657	1,3113

20. Dividendos a pagar

O Estatuto Social da Companhia assegura um dividendo mínimo anual correspondente a 25% do lucro líquido, conforme legislação societária.

	2014	2013
Lucro líquido do exercício	378.761	469.418
Apropriação para reserva legal	(18.938)	(23.471)
Lucro líquido base para determinação do dividendo	359.823	445.947
Dividendos mínimos obrigatórios lucro 2014 – 25%	89.956	111.487
Dividendos a pagar de exercícios anteriores	157	158
Total dos dividendos a pagar	90.113	111.645

21. Concessão e arrendamento a pagar

	2014	2013
Concessão a pagar	6.287	6.348
Arrendamento a pagar	119.461	120.604
	125.748	126.952
Circulante	56.861	54.745
Não circulante	68.887	72.207

Os contratos de concessão e arrendamento têm natureza executória e prevêem que para a exploração dos serviços de transporte ferroviário e arrendamento da malha e dos bens destinados à prestação desses serviços, a Companhia pagará o total em 116 parcelas trimestrais, vencíveis nos meses de janeiro, abril, julho e outubro de cada ano. Em 31 de dezembro de 2014 restavam 47 parcelas trimestrais de R\$70.353, totalizando o montante de R\$3.306.591. Estes valores já incluem a capitalização dos juros contratuais de 10% ao ano e a atualização monetária até 31 de dezembro de 2014, com base no último índice contratual, IGP-DI - Índice Geral de Preços - Disponibilidade Interna.



MRS Logística S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2014

Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado

O fluxo de pagamentos futuros de custos de concessão e arrendamento é como segue:

	2015	Em até 5 anos	Mais de 5 anos	Total
Concessão	14.072	56.288	94.986	165.346
Arrendamento	267.340	1.069.360	1.804.545	3.141.245
	281.412	1.125.648	1.899.531	3.306.591

As obrigações da concessão no valor de R\$6.287 (R\$6.348 em 31 de dezembro de 2013), são registradas linearmente, pelo regime de competência, e de acordo com os prazos do contrato (360 meses) no passivo circulante tendo como contrapartida os custos dos serviços prestados. O valor de R\$68.887 (R\$72.207 em 31 de dezembro de 2013), registrado no passivo não circulante refere-se ao período de carência que foi apropriado no resultado de acordo com o regime de competência e está sendo liquidado em cada uma das parcelas pagas trimestralmente.

O montante de R\$125.748 em 31 de dezembro de 2014 (R\$126.952 em 31 de dezembro de 2013) refere-se ao reconhecimento das obrigações a pagar pela concessão e arrendamento incorridos até esta data.

Em janeiro de 2015, a Companhia efetuou o pagamento da 70ª parcela do arrendamento e da concessão, no montante de R\$70.353 (R\$66.835 e R\$3.518, respectivamente).

22. Provisões

As provisões estão compostas da seguinte forma:

	2014	2013
Provisões para contingências	125.868	110.100
Provisões para benefícios a empregados	7.633	4.925
Provisões para acidentes ferroviários	6.014	9.363
Outras provisões	11.589	3.618
	151.104	128.006
Circulante	20.697	17.906
Não circulante	130.407	110.100



MRS Logística S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2014

Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado

22.1 Provisões para contingências

As provisões para contingências passivas estão registradas no passivo não circulante e estão compostas como segue:

	2013	Adições	Atualizações	Baixas	2014
Previdenciárias e trabalhistas	71.493	29.975	1.385	(12.763)	90.090
Cíveis	38.048	2.560	632	(5.462)	35.778
Fiscais	559	-	478	(1.037)	-
	110.100	32.535	2.495	(19.262)	125.868

	2012	Adições	Atualizações	Baixas	2013
Previdenciárias e trabalhistas	77.660	23.522	775	(30.464)	71.493
Cíveis	39.710	4.713	402	(6.777)	38.048
Fiscais	-	500	59	-	559
	117.370	28.735	1.236	(37.241)	110.100

Considerando os depósitos e bloqueios realizados no decorrer do processo, e que ainda encontram-se pendentes, o impacto futuro esperado em caixa esta composto como segue:

	2014		
	Provisão	Depósitos	Saldo líquido
Previdenciárias e trabalhistas	90.090	(22.921)	67.169
Cíveis	35.778	(12.948)	22.830
Fiscais	-	(10.188)	(10.188)
Ambientais	-	(649)	(649)
	125.868	(46.706)	79.162

A Companhia é parte em diversas ações de natureza trabalhista, cível, fiscal e ambiental oriundas do curso normal de seus negócios. Em 31 de dezembro de 2014, os valores envolvidos nesses processos totalizavam R\$919.932, dos quais a Companhia provisionou o montante de R\$125.868 (R\$110.100 em 2013), referente aos processos de probabilidade de perda considerada provável por seus consultores jurídicos e cujos valores são quantificáveis. Esse montante não incluiu as contingências de responsabilidade da RFFSA, dado que a Companhia somente é responsável pelo pagamento de débitos trabalhistas originados após a desestatização, conforme Edital de Desestatização, item 7.2.

(a) Previdenciárias e trabalhistas

A Companhia é parte em 1.408 ações trabalhistas, que pleiteiam em sua maioria, diferenças salariais em função do não pagamento de (i) horas extraordinárias; e (ii) adicionais de periculosidade e insalubridade. Em 31 de dezembro de 2014, o valor total das causas trabalhistas era de R\$174.823. Baseada no entendimento de seus consultores jurídicos, a



MRS Logística S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2014

Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado

Companhia tem provisionado R\$90.090 em 31 de dezembro de 2014 (R\$71.493 em 31 de dezembro de 2013) considerando a perspectiva de perda provável naquelas ações.

A Companhia é Ré perante a 9ª Vara do Trabalho nos autos do processo 0040400-11.2009.503.0009, proposto pelo STEFBH - Sindicato dos Trabalhadores em Empresas Ferroviárias de Belo Horizonte, no qual se discute o pagamento de horas extras aos seus maquinistas filiados. Atualmente tal demanda se encontra em fase de execução definitiva, tendo sido condenada ao pagamento de horas extras além da 36ª semanal a todos os substituídos da demanda. O valor atualizado envolvido na demanda é de R\$27.506

Tendo em vista a celebração de acordo em outubro de 2014 nos autos do processo 0002324-19.2012.5.03.0006, o qual versa sobre a execução de multa definida em TAC firmado junto ao Ministério Público, foi majorada sua provisão em R\$8.900 para perfazer o valor total a ser pago, conforme definido em acordo de R\$9.000.

Durante o exercício, ocorreram baixas de provisão referentes a processos encerrados no valor de R\$ 12.763. Deste valor, cerca de R\$3.204 são relativos a perdas nos processos e o restante refere-se à reversão de provisões não utilizadas. A baixa de cada processo não ultrapassa individualmente o valor de R\$675.

(b) Cíveis

Atualmente, na esfera cível, a Companhia é parte em 1021 ações que versam, em sua grande maioria, sobre responsabilidade civil por acidentes ferroviários. Os objetos das demais ações referem-se à paralisação de tráfego ferroviário em Conselheiro Lafaiete (MG), à legalidade da cobrança por interferências de terceiros em áreas de faixa de domínio, aos contratos de concessão e arrendamento, a Ações Cíveis Públicas e a ações envolvendo o Clube de Investimento dos Ferroviários da Malha Sudeste – SUDFER.

O valor total envolvido nas referidas ações, em 31 de dezembro de 2014 era de R\$402.077 (R\$312.018 em 31 de dezembro de 2013). Seguindo o entendimento de seus consultores jurídicos, a Companhia possui provisão de R\$35.778 (R\$38.048 em 31 de dezembro de 2013), referente ao valor estimado das causas com probabilidade de perda provável.

As baixas de provisão cível no valor de R\$5.462 referem-se a perdas efetivas em 18 processos encerrados durante o ano de 2014. A baixa de cada processo não ultrapassa individualmente o valor de R\$313.

A Companhia possui seguro com cobertura de danos corporais, danos materiais, morais e prejuízos causados a terceiros, cujo valor da franquia é atualmente de R\$400 por sinistro.

(c) Fiscais

No âmbito fiscal, a Companhia é parte em 140 processos administrativos e judiciais. O valor total envolvido nestes processos, em 31 de dezembro de 2014, era de R\$ 342.604. Baseada no entendimento de seus consultores jurídicos, a Companhia não possui provisões.

Os processos fiscais em curso versam, em sua maioria, sobre o questionamento da exigência de recolhimento (i) de glosa de créditos de ICMS incidente sobre bens de uso e consumo, no Estado do Rio de Janeiro e de São Paulo; (ii) de IPTU sobre bens imóveis operacionais arrendados da extinta RFFSA; (iii) de PIS e COFINS sobre a importação de bens (trilhos e locomotivas), decorrentes do direito ao enquadramento da Companhia dentre os beneficiários do REPORTE (importação com a suspensão do PIS e da COFINS); (iv) de PIS e COFINS sobre a partilha de



MRS Logística S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2014

Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado

frete a pagar (receita de terceiros incluída em nosso faturamento) e (v) exclusão de valores da base de cálculo do PIS e da COFINS.

A seguir são indicados os principais processos fiscais nos quais a Companhia é parte.

• ICMS – glosa de créditos bens de uso e consumo – Estado do Rio de Janeiro

Em 06 de janeiro de 2008, foi lavrado o Auto de Infração nº 03.160438-2 (Processo Administrativo nº E-34/046.007/05), decorrente da glosa de créditos de ICMS oriundos da aquisição de mercadorias classificadas pela Fiscalização Estadual como de uso e consumo, no período de janeiro de 2001 a junho de 2004. O valor atualizado do débito é de R\$56.109. A Companhia interpôs impugnação administrativa à autuação, que foi julgada improcedente. O Recurso Especial interposto pela Companhia foi julgado em 7 de dezembro de 2011, sendo negado provimento ao mesmo, por maioria dos votos. Em dezembro de 2014 foi proposta ação anulatória contra a decisão que julgou improcedente o Processo Administrativo em questão, mantendo a glosa aplicada pelo fisco estadual. O parecer dos consultores jurídicos considera ‘possível’ a perda, razão pela qual não há provisionamento.

Na mesma data (6 de janeiro de 2008), a Companhia foi autuada, pela Secretaria de Estado da Fazenda do Rio de Janeiro, por motivo de glosa de créditos de ICMS oriundos da aquisição de mercadorias classificadas pela Fiscalização Estadual como de uso e consumo. O objeto do Auto de Infração nº 03.204072-7 compreende julho de 2004 a dezembro de 2006 (Processo Administrativo nº E-04/451.765/2007), e o valor atualizado desta cobrança é de R\$58.764. A Companhia interpôs impugnação administrativa à autuação, que foi julgada improcedente. O Recurso Especial da Companhia foi parcialmente provido, por maioria de votos, para excluir da autuação os bens integrantes do seu ativo fixo, sendo mantida a glosa de créditos sobre o restante dos bens - insumos considerados pela fiscalização como uso e consumo. Em virtude do esgotamento da discussão na esfera administrativa foi ajuizada a Execução Fiscal nº 0008403-52.2011.8.19.0006, garantida pela Companhia por meio de oferecimento de seguro garantia, posteriormente substituído por fiança bancária, tendo sido opostos os competentes Embargos à Execução Fiscal. O parecer dos consultores jurídicos considera ‘possível’ a perda, razão pela qual não há provisionamento.

Em 17 de agosto de 2009, foi lavrado o Auto de Infração nº 03.229964-6, decorrente da glosa de créditos de ICMS oriundos da aquisição de mercadorias classificadas pela Fiscalização Estadual como de uso e consumo, no período de janeiro de 2007 a junho de 2009 (Processo Administrativo nº E-04/041.871/2009). O valor atualizado do débito é de R\$50.474. A Companhia interpôs impugnação administrativa à autuação, que foi julgada improcedente. O Recurso Especial interposto pela Companhia se encontra pendente de julgamento. Em 15 de dezembro de 2013 foi proposta medida cautelar para a suspensão da exigibilidade do crédito discutido, sendo garantida a mesma por meio de fiança bancária. O parecer dos consultores jurídicos considera ‘possível’ a perda, razão pela qual não há provisionamento.

Em 30 de agosto de 2010, foram lavrados os Autos de Infração nºs 03.242426-9 e 03.242427-7, decorrentes da glosa de créditos de ICMS oriundos da aquisição de mercadorias classificadas pela Fiscalização Estadual como de uso e consumo, nos períodos, respectivamente, de julho de 2009 a junho de 2010 e de janeiro de 2005 a dezembro de 2009 (Processos Administrativos nºs E-04/045.144/2010 e E-04/045.145/2010). O valor atualizado dos débitos é de R\$8.186. A Companhia apresentou impugnações administrativas às autuações, que se encontram pendentes de julgamento. O parecer dos consultores jurídicos considera ‘possível’ a perda, razão pela qual não há provisionamento.



MRS Logística S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2014

Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado

• ICMS – glosa de créditos bens de uso e consumo – Estado de São Paulo

Em 07 de dezembro de 2009, foi lavrado o Auto de Infração nº 31245626, decorrente da glosa de créditos de ICMS oriundos da aquisição de mercadorias classificadas pela Fiscalização Estadual como de uso e consumo, no período de janeiro de 2004 a dezembro de 2005. A Companhia interpôs impugnação administrativa à autuação. Houve decisão desfavorável e a Companhia interpôs Recurso Especial já admitido no que se refere à decadência do direito do fisco de efetuar o lançamento, aguarda-se julgamento. O valor atualizado do débito é de R\$74.216. O parecer dos consultores jurídicos considera ‘possível’ a perda, razão pela qual não há provisionamento.

Em 27 de dezembro de 2013, foi lavrado o Auto de Infração nº 40355330, decorrente da glosa de créditos de ICMS oriundos da aquisição de mercadorias classificadas pela Fiscalização Estadual como de uso e consumo, no período de janeiro de 2010 a dezembro de 2011. A Companhia interpôs impugnação administrativa à autuação, sendo aguardado seu julgamento. O valor atualizado do débito é de R\$45.096. O parecer dos consultores jurídicos considera ‘possível’ a perda, razão pela qual não há provisionamento.

• Execução de honorários nas Execuções Fiscais 000120542.2003.8.19.0006/0005177-15.2006.8.19.0006/000120542.2003.8.19.0006 ICMS/RJ - Diferencial de Alíquotas

A Fazenda Pública do Estado do Rio de Janeiro move 03 ações de cobrança de honorários advocatícios nos autos das Execuções Fiscais 000120542.2003.8.19.0006/0005177-15.2006.8.19.0006/000120542.2003.8.19.0006 contra a Companhia. Os pedidos apresentados pela Fazenda Pública Estadual foram julgados procedentes, condenando a Companhia ao pagamento destes honorários. Tendo em vista o trânsito final da decisão, foi realizado o pagamento dos valores a que a Companhia fora condenada e, consequentemente, realizada a baixa da provisão atualizada no valor de R\$ 1.037 em novembro de 2014.

• ICMS – glosa por utilização de regime presumido para cálculo de ICMS na venda de sucatas

Em 18 de dezembro de 2014, a Companhia fora notificada quanto a 02 autuações realizadas pelo Fisco de Minas Gerais por discordância na utilização do regime de crédito presumido conferido à Companhia para o recolhimento de ICMS decorrente da venda de sucatas. O valor somado e atualizado das autuações totaliza R\$559. O parecer dos consultores jurídicos considera ‘possível’ a perda, razão pela qual não há provisionamento.

• IPTU sobre bens imóveis operacionais arrendados da extinta Rede Ferroviária Federal S. A.

A Companhia é parte em 74 processos administrativos e judiciais que dizem respeito à cobrança do IPTU sobre bens imóveis operacionais arrendados da extinta RFFSA por parte de diversos municípios situados nos Estados de Minas Gerais, Rio de Janeiro e São Paulo. O valor dos débitos soma R\$12.580. O parecer dos consultores jurídicos considera ‘possível’ a perda, razão pela qual não há provisionamento.

• PIS e COFINS sobre partilhas de fretes

Em 10 de abril de 2003, a Companhia foi autuada no valor total de R\$11.084, pela Secretaria da Receita Federal, em razão da diferença no recolhimento do PIS e da COFINS em função da exclusão dos valores transferidos a terceiros a título de tráfico mútuo da sua base de cálculo, no período de janeiro de 1998 a dezembro de 2002 (Processos Administrativos nº 18471.000721/2003-90 e 18471.000722/2003-34). O Recurso Voluntário interposto pela Companhia foi parcialmente provido para afastar a exigência fiscal das diferenças apuradas no



MRS Logística S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2014

Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado

recolhimento do PIS e da COFINS, decorrente da exclusão de sua base de cálculo dos valores transferidos a terceiros a título de tráfego mútuo, no período compreendido entre janeiro e março de 1998, em razão do reconhecimento da decadência do direito da Fazenda Pública de efetuar os respectivos lançamentos. Tendo em vista o julgamento realizado, o valor discutido nesta causa é de R\$11.441. Contra tal decisão foi interposto Recurso Especial pela Companhia, pendente de julgamento. O parecer dos consultores jurídicos considera 'possível' a possibilidade de perda, razão pela qual não há provisionamento.

• PIS e COFINS variação cambial

Em agosto de 2006, a Companhia foi autuada no valor total de R\$97.168, em razão da exclusão dos valores decorrentes de variação cambial da base de cálculo do PIS e da COFINS referentes ao período (não sucessivo) de fevereiro de 2002 a julho de 2004 (Processos Administrativos nºs 18471.000899/2006-83 e 18471.000897/2006-94). Em agosto de 2010 a Câmara Superior do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (CARF) deu provimento ao Recurso Especial da Companhia, no que se refere ao período de fevereiro a novembro de 2002 (PIS) e fevereiro de 2002 a dezembro de 2003 (COFINS). Em 18 de julho de 2012 a Companhia ajuizou ações anulatórias com objetivo de que os débitos remanescentes de COFINS (18471.000897/2006-94) e PIS (18471.000899/2006-83) no valor atualizado de R\$28.977, incidentes sobre as receitas decorrentes de variação cambial ativa sejam integralmente anulados. Com base no entendimento dos consultores jurídicos, a possibilidade de perda nesse processo é considerada 'possível', razão pela qual não há provisionamento.

• Execução Fiscal – PIS e COFINS

Em 20 de outubro de 2010, a Companhia foi citada em relação à Execução Fiscal nº 2009.51.01.530010-0, que objetiva a cobrança judicial de débitos de PIS e COFINS objeto das Certidões de Dívida Ativa nº 70.6.07.012931-62, 70.6.07.013080-20 e 70.7.07.001233-68, cujos montantes atualizados representam R\$12.287, originados dos processos administrativos nº 10070.000466/2002-13 e 10070.000285/2002-89. A Companhia já discutia tais cobranças na Medida Cautelar nº 2007.51.01.016575-0 e Ação Anulatória nº 2007.51.01.023064-0, motivo pelo qual requereu a reunião das ações de modo a ensejar a imediata suspensão do projeto executivo, com a anuência da Fazenda Nacional.

Em 20 de setembro de 2013, foram julgadas procedentes pelo juízo de primeira instância o pleito da Companhia em relação aos processos administrativos nº 10070.000466/2002-13 e 10070.000285/2002-89 referentes a cobrança judicial de débitos de PIS e COFINS, sendo anulados os débitos apontados pela Fazenda Nacional. Tendo em vista que tal decisão ainda é passível de modificação por meio de recurso e com base no entendimento dos consultores jurídicos, a possibilidade de perda nesse processo é considerada 'possível', razão pela qual não há provisionamento.

• Execução Fiscal – PIS, COFINS, IRPJ, CSLL e IRRF

Em 14 de março de 2005 foi ajuizada a Execução Fiscal nº 2005.51.01.510762-7 contra a Companhia, relativa a 05 (cinco) Certidões de Dívida Ativa que versavam sobre PIS, COFINS, IRPJ, CSLL e IRRF. Na época, foi apresentada carta de fiança bancária no valor aproximado de R\$27.448. As inscrições em dívida ativa referentes a IRRF, CSLL e PIS foram canceladas. Foram opostos novos embargos à execução fiscal para discutir os valores remanescentes. Em outubro de 2010 foi iniciada a fase probatória, em que foi requerida a produção de prova pericial pela Companhia. Aguarda-se a elaboração do laudo pelo perito judicial competente. O valor atualizado desta cobrança é de R\$20.125. Com base no entendimento dos consultores jurídicos,



MRS Logística S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2014

Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado

a possibilidade de perda nesse processo é considerada 'possível', razão pela qual não há provisionamento.

• Mandados de Segurança PIS/Cofins Importação (MG/RJ/SP)

Foram impetrados mandados de segurança nos estados de MG/RJ/SP para que o cálculo dos valores devidos a título de PIS/COFINS Importação fosse realizado sem a incidência do ICMS pelo desembaraço aduaneiro.

Julgados os mandados pelo juízo de primeira instância, fora concedido integralmente o pleito da MRS nos estados de Minas Gerais, Rio de Janeiro e São Paulo, sendo aguardado o julgamento final das causas junto às instâncias recursais. Tendo em vista que tal decisão ainda é passível de modificação por meio de recurso e com base no entendimento dos consultores jurídicos, a possibilidade de perda nesse processo é considerada 'possível', razão pela qual não há provisionamento.

• Manifestação de Inconformidade - CSLL

Em outubro de 2009, a Companhia foi intimada acerca de despacho por meio do qual a Receita Federal do Brasil homologou apenas parcialmente pedido de compensação formulado pela Companhia (Processo Administrativo nº 15374.957982/2009-89), em que foi requerida a utilização de créditos decorrentes de pagamento a maior de CSLL apurada em agosto de 2004, sob o fundamento de que o crédito teria sido consumido em outros pedidos de compensação. Como resultado deste entendimento o valor atualizado do débito da Companhia, decorrente da compensação não homologada, é de R\$429. A Companhia interpôs Manifestação de Inconformidade, que se encontra pendente de julgamento. Baseada no entendimento dos consultores jurídicos a possibilidade de perda nesse processo é considerada 'possível', razão pela qual não há provisionamento.

• Multa administrativa por ausência de licença de construção – Prefeitura de Barra Mansa

Em 05 de novembro de 2003, a Prefeitura de Barra Mansa ajuizou a Execução Fiscal nº 2003.007.006125-2 para cobrança de multas administrativas aplicadas por motivo de realização de obras na linha férrea, no Município de Barra Mansa, sem a obtenção de licença prévia, no período de março de 2001 a dezembro de 2001 (Processo Administrativo Fiscal nº 079/2001). O valor atualizado desta cobrança é de R\$10.044. A Companhia interpôs embargos à execução fiscal, que aguardam julgamento. O parecer dos consultores jurídicos considera 'possível' a perda, razão pela qual não há provisionamento.

(d) Ambientais

A Companhia é parte em uma ação anulatória cujo objeto versa sobre matéria ambiental.

Em 31 de dezembro de 2014, o valor total envolvido na referida ação judicial é de R\$428. O prognóstico de perda para esse processo é considerado 'possível' pelos consultores jurídicos, não sendo, portanto objeto de provisão.

(e) Outras

A Companhia tem 4 Termos de Ajustamento de Conduta (TAC's) firmados e vigentes, sendo 3 decorrentes de matéria ambiental e 1 de matéria trabalhista. Versam os decorrentes de matéria ambiental sobre poluição do ar e geração de ruídos; versa o decorrente de matéria trabalhista sobre práticas limitadoras da atuação dos dirigentes sindicais. Para tais casos não existe provisão.



MRS Logística S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2014

Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado

22.2 Provisões para benefícios a empregados

	2014	2013
Plano de previdência complementar	4.263	77
Plano de assistência médica	3.370	4.848
	7.633	4.925

Plano de previdência complementar

A Companhia patrocina plano de previdência complementar aos colaboradores por intermédio de um plano de previdência administrado pela Bradesco Vida e Previdência. O plano de previdência complementar, criado em 01 de julho de 1999, é elegível para todos os colaboradores da MRS a partir da data de criação do plano. O plano é de contribuição definida e, portanto, a Companhia, como patrocinadora do plano, não tem obrigação legal ou construtiva de pagar contribuições adicionais se o fundo não possuir ativos suficientes para pagar todos os benefícios devidos. O custeio é paritário de modo que a parcela da Companhia equivale a 100% daquela efetuada pelo colaborador de acordo com uma escala de contribuição embasada em faixas salariais.

O plano requer que as contribuições sejam feitas a fundos administrados separadamente dos fundos próprios da Companhia. Os ativos do plano são mantidos por uma entidade aberta de previdência complementar, não estão disponíveis aos credores da Companhia e não podem ser pagos diretamente à Companhia.

As contribuições realizadas pela Companhia totalizaram R\$13.949 no exercício findo em 31 de dezembro de 2014 (R\$7.364 em 31 de dezembro de 2013), as quais foram registradas como despesa do exercício.

Em 31 de dezembro de 2014, existiam passivos em nome da Companhia, decorrentes do plano de previdência complementar no valor de R\$4.263 (R\$77 em 31 de dezembro de 2013), as quais foram devidamente provisionadas e estão registradas no passivo circulante R\$89 e não circulante R\$4.174.

O acréscimo de R\$4.186 deve-se basicamente a provisão no valor de R\$4.174 referente à atualização monetária do valor da contribuição especial dos exercícios de 2003 e 2007 (26,91% e 3,97%, respectivamente).

Plano de assistência médica

A Companhia mantém um plano de assistência médica pós-emprego para um grupo determinado de ex-colaboradores e respectivos cônjuges administrado junto à Seguradora Bradesco Saúde. O plano tem como política a participação parcial de cada colaborador (contribuições fixas mensais), através do modelo de pós-pagamento. Em função da adoção desta política, a extensão deste benefício está garantida ao colaborador e seu grupo familiar após a demissão e aposentadoria (período pós-emprego) conforme os artigos nº. 30 e 31 da Lei 9.656/98, respectivamente, e a Resolução Normativa RN nº 279 de 24 de novembro de 2011.

A Companhia oferece também um plano de pós-pagamento administrado pela Unimed Juiz de Fora. Entretanto, não há usuários aposentados ou demitidos durante o período pós-emprego e a expectativa de adesão dos futuros usuários aposentados é nula.



MRS Logística S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2014

Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado

Em 31 de dezembro de 2014, o plano contava com 17.192 vidas na Bradesco Saúde e 596 na Unimed Juiz de Fora, totalizando 17.788 vidas.

A partir do ano de 2013 os ganhos e perdas atuariais são reconhecidos no Patrimônio Líquido como Ajuste de Avaliação Patrimonial e na Demonstração do Resultado Abrangente, conforme determina o CPC 33 (R1) – Benefícios a Empregados.

As contribuições realizadas pela Companhia ao plano de assistência médica administrado pela Bradesco Saúde S.A e Unimed totalizaram R\$27.086 em 31 de dezembro de 2014 (R\$23.177 em 31 de dezembro de 2013).

Em 31 de dezembro de 2014, existiam passivos atuariais em nome da Companhia, decorrentes do plano de saúde no valor de R\$3.370 (R\$4.848 em 31 de dezembro de 2013), os quais foram devidamente provisionados.

a. Conciliação do passivo atuarial líquido reconhecido no balanço patrimonial:

	2014	2013
Passivo atuarial líquido em 31 de dezembro	4.848	13.020
Despesa reconhecida no exercício	840	1.342
Ganho nas obrigações	(2.318)	(9.514)
Passivo atuarial em 31 de dezembro	3.370	4.848

b. Movimentação do passivo atuarial:

	2014	2013
Passivo atuarial no início do exercício em 31 de dezembro	4.848	13.020
Custo do serviço corrente	570	583
Juros sobre a obrigação atuarial	540	1.355
Benefício pago diretamente ao plano	(270)	(596)
Ganho - redimensionamento do custo incluído em outros resultados abrangentes ("OCI")	(2.318)	(9.514)
Passivo atuarial em 31 de dezembro	3.370	4.848

c. Despesa a ser reconhecida na demonstração do resultado do próximo exercício:

	2015
Custo do serviço corrente	259
Juros sobre as obrigações atuariais	375
Total da despesa a ser reconhecida	634



MRS Logística S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2014

Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado

d. Premissas adotadas pelo atuário independente nos cálculos de obrigação atuarial:

Taxa de desconto	5,80% a.a.
Inflação de longo prazo	5,50% a.a.
Inflação médica (HCCTR)	3,00% a.a.
Fator de envelhecimento	De 0 a 24 anos: 0,5% a.a. De 25 a 54 anos: 2% a.a. De 55 a 79 anos: 4,5% a.a. Acima de 80 anos: 3% a.a.
Tábua de mortalidade geral	AT-2000

As hipóteses atuariais e econômicas alteradas na presente avaliação do exercício de 2014, quando comparadas com as utilizadas na avaliação de encerramento do exercício findo em 31 de dezembro de 2013, são: (i) a taxa real de desconto da obrigação atuarial, que segue o comportamento dos títulos do governo, (ii) os valores dos custos médicos, (iii) a taxa de crescimento dos custos médicos acima da inflação e, (iv) utilização do prêmio por faixa etária do plano Unimed.

Seguro de vida

Os funcionários participam de seguro de vida em grupo garantido pela Itaú Seguros. Em 2014, a Companhia contribuiu com R\$529 (R\$587 em 2013) com seguro de vida de seus funcionários.

23. Patrimônio líquido

O patrimônio líquido está composto da seguinte forma:

	2014	2013
<u>Capital social (a)</u>		
Capital social realizado	1.275.558	1.202.336
Destinação da reserva para aumento do capital social	117.416	73.222
	1.392.974	1.275.558
<u>Reservas de lucros</u>		
Reserva legal (c)	210.555	191.617
Reserva para investimentos (d)	1.182.419	1.083.941
Dividendos adicionais propostos (e)	53.973	111.487
	1.446.947	1.387.045
<u>Ajustes de avaliação patrimonial (f)</u>	7.809	6.279
	2.847.730	2.668.882

(a) Capital subscrito e integralizado

O capital subscrito e integralizado, no montante de R\$1.275.558 (R\$1.202.336 em 31 de dezembro de 2013), está dividido em 340.000.000 ações escriturais sem valor nominal, sendo



MRS Logística S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2014

Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado

188.332.687 ordinárias, 82.076.174 preferenciais "classe A" e 69.591.139 preferenciais "classe B".

De acordo com o Estatuto Social consolidado da Companhia, o capital autorizado é de R\$2.500.000.

Em Reunião do Conselho de Administração, realizada no dia 18 de março de 2015, foi aprovado o aumento do capital social no valor de R\$117.416 utilizando parte das reservas de investimentos constituídas em anos anteriores, conforme proposto pela diretoria executiva.

De acordo com o Edital de Desestatização e o Estatuto Social da MRS, nenhum acionista pode deter participação societária superior a 20% do capital votante. Se este limite for ultrapassado, por determinação da ANTT, o acionista renunciará ao direito de voto e de veto inerente às ações que ultrapassarem este limite.

Em 31 de dezembro de 2014, a participação no capital social da Companhia era conforme segue:

Acionista	Ações Ordinárias		Ações Preferenciais		Capital Total	
	Nº de ações	%	Nº de ações	%	Nº de ações	%
Minerações Brasileiras Reunidas S.A.	37.666.526	20,00%	74.301.916	48,99%	111.968.442	32,93%
Companhia Siderúrgica Nacional	52.414.154	27,83%	40.301.916	26,57%	92.716.070	27,27%
Usiminas Participações e Logística S.A.	37.513.650	19,92%	342.805	0,23%	37.856.455	11,13%
Vale S.A.	36.270.700	19,26%	769.304	0,51%	37.040.004	10,89%
Gerdau S.A.	4.460.128	2,37%	0	0,00%	4.460.128	1,31%
Nacional Minérios S.A.	0	0,00%	34.000.000	22,42%	34.000.000	10,00%
Minoritários	20.007.529	10,62%	1.951.372	1,29%	21.958.901	6,46%
	188.332.687	100,00%	151.667.313	100,00%	340.000.000	100,00%

(b) *Direito das ações*

Os detentores das ações ordinárias terão direito a voto nas deliberações das assembleias gerais; os de ações preferenciais (classes A e B) terão direito a dividendos 10% maiores do que os atribuídos às ações ordinárias, não terão direito de voto e gozarão de prioridade no recebimento do capital, sem prêmio, quando da liquidação da Companhia.

As preferenciais da classe B são, por iniciativa do acionista que as detiver, conversíveis em ações ordinárias, na proporção de uma para cada ação ordinária. Tal conversão poderá ser realizada a qualquer tempo, observadas as condições previstas no Estatuto Social.

Embora sem direito de voto, as ações preferenciais classe B terão direito de eleger, em votação em separado, um membro do Conselho de Administração, enquanto representarem um mínimo de 25% da totalidade do capital social.

(c) *Reserva de lucros – reserva legal*

Constituída à base de 5% do lucro líquido do exercício antes das participações e da reversão dos juros sobre o capital próprio, conforme determina a legislação societária e limitado a 20% do



MRS Logística S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2014

Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado

capital social. Em 31 de dezembro de 2014, o saldo da Reserva Legal era de R\$210.555 (R\$ R\$191.617 em 31 de dezembro de 2013).

(d) *Reserva de lucros – reserva para investimentos*

A administração propôs a retenção dos lucros acumulados remanescentes em reserva de expansão no valor de R\$215.894, visando o suprimento de recursos necessários ao cumprimento do orçamento de investimentos de capital da Companhia. Em 31 de dezembro de 2014, o saldo da Reserva para Investimentos era de R\$1.182.419 (R\$1.083.941 em 31 de dezembro de 2013).

(e) *Dividendo adicional proposto*

A parcela dos dividendos excedente ao dividendo mínimo obrigatório, declarada pela administração após o exercício contábil a que se referem às demonstrações contábeis, mas antes da data de autorização para emissão das referidas demonstrações contábeis, não deverá ser registrada como passivo, devendo os efeitos da parcela dos dividendos complementares serem divulgados em nota explicativa. Portanto, em 31 de dezembro de 2014 e 2013, as seguintes parcelas referentes ao valor excedente ao dividendo mínimo obrigatório foram registradas no patrimônio líquido como “Dividendo adicional proposto” na data de encerramento das respectivas demonstrações contábeis:

	2014	2013
Dividendos adicionais propostos	53.973	111.487

(f) *Ajustes de avaliação patrimonial*

O ajuste de avaliação patrimonial registrado nos anos de 2014 e 2013 referem-se aos ganhos atuariais apurados em conformidade com o CPC 33 (R1) (vide nota explicativa 22.2). Em 31 de dezembro de 2014, o saldo totalizava R\$7.809 (R\$6.279 em 31 de dezembro de 2013).

	2013	Adições/Baixas	2014
Ganhos atuariais plano de saúde	9.514	2.318	11.832
Imposto de renda e contribuição social	(3.235)	(788)	(4.023)
	6.279	1.530	7.809



MRS Logística S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2014

Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado

24. Resultado por ação

A tabela a seguir estabelece o cálculo de lucros por ação para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e de 2013 (em milhares de reais, exceto valores por ação):

	2014	2013
Numerador		
Lucro líquido do exercício	378.761	469.418
Denominador		
Média ponderada de ações ordinárias	188.333	188.333
Média ponderada de ações preferenciais - A	82.076	82.076
Média ponderada de ações preferenciais - B	69.591	69.591
10% - Ações preferenciais	1,1	1,1
Média ponderada de ações preferenciais ajustadas	166.834	166.834
Denominador para lucros básicos por ação	355.167	355.167
Lucro básico por ação ordinária	1,07	1,32
10% - Ações preferenciais	1,1	1,1
Lucro básico e diluído por ação preferencial - A	1,17	1,45
Lucro básico e diluído por ação preferencial - B	1,17	1,45

As preferenciais da classe B são, por iniciativa do acionista que as detiver, conversíveis em ações ordinárias, na proporção de uma para cada ação ordinária. Tal conversão poderá ser realizada a qualquer tempo, observadas as condições previstas no Estatuto Social.



MRS Logística S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2014

Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado

25. Receita dos serviços prestados

	2014	2013
<u>Receita operacional bruta</u>		
Serviços de transporte	2.479.125	2.459.471
Partilha de fretes	95.836	88.775
Receitas acessórias de transporte	805.874	775.012
	<u>3.380.835</u>	<u>3.323.258</u>
 <u>(-) Deduções sobre vendas</u>		
ICMS	(113.234)	(119.461)
COFINS	(139.940)	(136.055)
PIS	(30.381)	(29.538)
INSS (vide nota explicativa 2.22.2)	(34.009)	-
ISS	(210)	(62)
	<u>(317.774)</u>	<u>(285.116)</u>
 Receita líquida	 <u>3.063.061</u>	 <u>3.038.142</u>



MRS Logística S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2014

Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado

26. Despesas por natureza

	2014	2013
Combustíveis/lubrificantes	(511.573)	(465.245)
Depreciação/amortização	(447.457)	(393.571)
Mão-de-obra e encargos sociais	(361.821)	(434.834)
Custo da concessão/arrendamento	(255.690)	(244.272)
Serviços de terceiros	(207.705)	(209.817)
Insumos/outros materiais	(177.418)	(187.202)
Benefícios a empregados	(98.351)	(89.250)
Crédito presumido ICMS MG	75.418	72.209
Outros gastos com pessoal	(73.106)	(63.725)
Partilhas de fretes	(62.639)	(69.540)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa (*)	(51.793)	-
Despesas acessórias de transporte	(26.773)	(26.176)
Despesas com seguro	(8.555)	(9.902)
Honorários da administração	(3.700)	(4.966)
Outros	(77.715)	(49.504)
	(2.288.878)	(2.175.795)
Custo dos serviços prestados	(2.014.374)	(1.938.059)
Despesas com vendas	(61.971)	(12.585)
Despesas gerais e administrativas	(212.533)	(225.151)
	(2.288.878)	(2.175.795)

(*) Valor correspondente a provisão para créditos de liquidação duvidosa do cliente MMX Sudeste Mineração S.A (vide nota explicativa 6).



MRS Logística S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2014

Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado

27. Outras receitas e outras despesas operacionais

	2014	2013
<u>Outras receitas operacionais</u>		
Receitas alternativas (i)	39.046	41.323
Venda de materiais (sucata/excesso estoque)	38.258	43.778
Recuperação custo da concessão e arrendamento pagos a maior (vide nota explicativa 8)	-	11.136
Multas contratuais	77.494	52.019
Seguros	20.204	998
Reversão de provisão para perda de ativos circulantes (ii)	15.252	-
Reversão de provisão para perda de ativos imobilizados (vide nota explicativa 14)	13.764	-
Prestação de serviços a terceiros	5.782	3.072
Outras receitas	5.628	5.473
	215.428	157.799
<u>Outras despesas operacionais</u>		
Perda tributos	(55.893)	(32.257)
Execuções por perdas processuais	(15.590)	(21.585)
Provisões para contingências (vide nota explicativa 22.1)	(15.003)	7.051
Despesas com ICMS/PIS/COFINS/ISS	(47.708)	(28.811)
Programa desafio especial (iii)	(8.235)	(11.673)
Custo das receitas alternativas (i)	(3.763)	(3.749)
Convênio com municípios	(8.239)	(6.483)
Custo na venda de materiais (sucata/excesso estoque) (vide nota explicativa 9)	(9.033)	(13.970)
Custo prestação de serviços a terceiros	(9.665)	(6.712)
Provisão atuarial	(1.123)	(1.919)
Doações	(1.712)	(2.569)
Baixa de ativo imobilizado	(16.385)	(3.742)
Baixa de estoque	(5.788)	(5.274)
Despesas patrocínio (Lei Rouanet/FIA/Esporte)	(3.540)	(3.894)
Projeto empresa cidadã	(482)	(559)
Indenizações ao Poder Concedente	(872)	(792)
Provisão para perda de ativos circulantes (ii)	(8.275)	(45.845)
Outras despesas	(12.354)	(13.473)
	(223.660)	(196.256)
Líquidas	(8.232)	(38.547)



MRS Logística S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2014

Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado

(i) Receitas alternativas: por determinação da ANTT, conforme previsto no Manual de Contabilidade do Serviço Público de Transporte de Cargas, as receitas provenientes de projetos associados à prestação do serviço público concedido e que não se enquadram nas atividades de exploração do transporte ferroviário são classificadas como receitas alternativas;

(ii) O valor de R\$15.252 está composto da seguinte forma: R\$7.263 referente à baixa de provisão para perda de itens estocáveis que foram vendidos no exercício; e R\$7.989, baixa de provisão para perda de créditos não recuperáveis de ICMS. Já o valor de R\$8.275 está composto da seguinte forma: R\$275 referente ao incremento da provisão para redução ao valor recuperável de títulos precatórios (vide nota explicativa 8); e R\$8.000 referente a constituição de nova provisão para perda de itens estocáveis (vide nota explicativa 9).

(iii) Programa desafio especial: o objetivo deste programa é o reconhecimento do desempenho das coordenações de execução da Diretoria de Operações e Diretoria de Engenharia e Manutenção através de um modelo de remuneração variada, cujos critérios são definidos no regulamento oficial do programa.

28. Receitas e despesas financeiras

	2014	2013
<u>Receitas financeiras</u>		
Variação cambial e monetária	75.413	156.112
Instrumentos financeiros derivativos - <i>swap</i>	89.236	75.423
Rendimentos s/ aplicações financeiras	40.462	24.389
Juros	9.122	22.420
Outras receitas financeiras	3.422	3.036
	217.655	281.380
<u>Despesas financeiras</u>		
Variação cambial e monetária	(151.518)	(200.734)
Juros	(186.618)	(134.523)
Instrumentos financeiros derivativos - <i>swap</i>	(61.535)	(47.458)
Juros e multas fiscais	(319)	(76)
Outras despesas financeiras	(7.959)	(3.777)
	(407.949)	(386.568)
Resultado financeiro líquido	(190.294)	(105.188)



MRS Logística S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2014

Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado

29. Informações por segmento

Em função de prestar unicamente serviços de transporte de carga na malha sudeste, para fins contábeis e gerenciais, a Companhia está organizada em uma única unidade de negócio. As operações da Companhia são controladas, gerenciadas e monitoradas pela administração de forma integrada.

A Companhia possui certo grau de dependência de seus principais clientes, composta especialmente por seus acionistas. A receita por cliente está assim representada:

Principais Clientes	2014	2013
Vale S.A.	1.479.022	1.417.319
Companhia Siderúrgica Nacional	670.379	554.330
Mineração Usiminas S.A.	178.384	208.349
Nacional Minérios S.A.	171.371	195.463
Usinas Siderúrgicas de Minas Gerais S.A.	98.920	124.872
Gerdau S.A.	111.435	92.340
Outros	671.324	730.585
	3.380.835	3.323.258

A Companhia não presta serviços para clientes no mercado externo por possuir área de atuação delimitada à malha sudeste, conforme estabelecido no contrato de concessão.

30. Seguros

A Companhia possui as seguintes apólices de seguros para suas operações:

Cobertura	Finalidade	Vencimento	LMI	Franquia
Risco operacional	Cobertura do patrimônio operacional de propriedade da empresa ou sob sua responsabilidade	29 de dezembro de 2015	160.000	9.000
Responsabilidade civil	Cobertura contra danos causados a terceiros	9 de fevereiro de 2016	30.000	1.000
Transporte de cargas	Cobertura de sinistros com cargas em transporte	31 de julho de 2015	45.000	200

Observações:

A Companhia adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos e responsabilidade civil, por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade. As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo da auditoria das demonstrações contábeis, e, consequentemente, não foram auditadas pelos auditores independentes.



MRS Logística S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2014

Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado

31. Eventos Subsequentes

Reunião do Conselho de Administração

Em Reunião do Conselho de Administração, realizada no dia 18 de março de 2015, foi aprovado o aumento do capital social no valor de R\$117.416 utilizando parte das reservas de investimentos constituídas em anos anteriores (vide nota explicativa 23, letra “a”).

Emissão de debêntures

Em 15 de fevereiro de 2015, ocorreu a emissão da 7ª (Sétima) Debêntures Simples da Companhia, nos termos da Instrução CVM nº 400, não conversíveis em ações, de espécie quirografária e sob o regime de garantia firme de colocação. A oferta foi realizada em 2 (duas) séries e o valor total da Emissão foi de R\$ 550.726, sendo R\$ 500.000 correspondentes à oferta base e R\$50.726 correspondentes à colocação parcial das Debêntures Suplementares. Foram emitidas 550.726 (quinhentas e cinquenta mil setecentas e vinte e seis) Debêntures no valor nominal unitário de mil reais, sendo 336.340 (trezentas e trinta e seis mil trezentas e quarenta) Debêntures da Primeira Série e 214.386 (duzentas e quatorze mil trezentas e oitenta e seis) Debêntures da Segunda Série.

Esta emissão, aprovada em Reunião do Conselho de Administração do dia 12 de dezembro de 2014, foi realizada nos termos dos artigos 1º e 2º da Lei nº 12.431, de 24 de junho de 2011, para financiamento de projeto de investimento no setor de transportes, o qual foi considerado como prioritário pelo Ministério dos Transportes, nos termos da Portaria nº 398, de 18 de novembro de 2014.

Desoneração da folha de pagamentos

Foi publicada em 27 de fevereiro de 2015, no Diário Oficial da união (DOU), a medida provisória MP 669, de 26 de fevereiro de 2015, que eleva as alíquotas da chamada “desoneração da folha de pagamentos” imposta pela Lei 12.844/13 e faculta às empresas a permanência ou não no regime mediante manifestação por meio do recolhimento devido sobre o mês de junho de 2015. A partir dessa medida, a alíquota que, para a MRS, até então é de 1% sobre sua receita bruta seria elevada para 2,5% (vide nota explicativa 2.22.2).

Em 03 de março de 2015, a MP 669/15 foi devolvida pelo Senado Federal ao Poder Executivo, após análise de que a mesma é inconstitucional já que não se pode considerar como urgente a alteração de alíquota de tributos cuja vigência, por força constitucional, deverá aguardar prazo de 90 dias. Após a devolução ao Executivo da medida provisória (MP) que reduz a desoneração da folha de pagamento, a Presidente da República assinou projeto de lei, com urgência constitucional, contendo o mesmo conteúdo abordado pela MP 669/15.



MRS Logística S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2014

Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado

Administração: Conselheiros e Diretores

Conselho de Administração

Humberto Ramos de Freitas
Presidente

Alejandro Daniel Laiño
Daniel dos Santos Junior
Fabio Costa Brasileiro da Silva
Guilherme Delgado de Oliveira
Hélio Cabral Moreira
Luis Fernando Barbosa Martinez
Paulo Roberto Perlott Ramos
Rosana Passos de Pádua
Wilfred Theodoor Bruijn

Membros da Diretoria Executiva

Guilherme Segalla de Mello
Diretor Presidente, Comercial e de Operações

Alexandre Claro Fleischhauer
Diretor de Engenharia e de Manutenção

Félix Lopez Cid
Diretor de Recursos Humanos

Fabírcia Gomes de Souza
Diretora de Finanças e de Desenvolvimento

Demais Diretores não integrantes da Diretoria Executiva

Daniel Dias
Henrique Rocha Martins
Luiz Gustavo Bambini de Assis
